

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MINAS GERAIS – IFMG – CAMPUS OURO PRETO**
Graduação de Tecnologia em Conservação e Restauro

INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto

Aldo Oliveira Caixeta

Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG: o antigo Hotel do Pilão

Ouro Preto
2017

Aldo Oliveira Caixeta

Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG: o antigo Hotel do Pilão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Diretoria de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) Campus Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientador: Professor Mestre Rodrigo Otávio De Marco Meniconi.

**Ouro Preto
2017**

ALDO OLIVEIRA CAIXETA

Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG: o antigo Hotel do Pilão

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora, designada pela Diretoria de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG – Campus Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção de título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Aprovado em 18 de setembro de 2017 por:

Professor Mestre Rodrigo Otávio De Marco Meniconi

Professora Mestra Ana Paula de Moraes

Professora Mestra Fernanda Alves de Brito Bueno

RESUMO

O Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG, em outros tempos, o antigo Hotel do Pilão, esse prédio que tanto fascina e estimula a mente de historiadores, engenheiros, arquitetos e restauradores, tantos os autóctones como os que vêm visitar ou pesquisar em Ouro Preto. A história do monumento, desde os primórdios de seu macro sítio histórico, com os pequenos vilarejos que o compuseram, hoje o renomado e primeiro patrimônio da humanidade reconhecido, pela UNESCO, no Brasil, a cidade de Ouro Preto. Passa-se pelo surgimento da atual, exuberante, Praça Tiradentes e seus grandiosos edifícios, consolidando a malha urbana que viria a ser Vila Rica de Ouro Preto, a cidade, literalmente, mais rica e populosa do país naqueles idos do auge aurífero. A cidade quanto a praça, com suas importâncias histórica, política, geográfica e cultural, tiveram seus nomes modificados por tantas vezes ao longo da história. O prédio em si, onde e como se contextualiza nessa praça dessa cidade, para quem foi construído, por quem foi utilizado e, realmente, quem o utilizou através do tempo, qual era sua função e quais passou a ter, tantas mutações volumétricas, em um tempo longo, findado no Centro Cultural. A maior mudança, de todas, foi o incêndio que o tombou, tornando-se notícia nacional, mobilizando uma grande infraestrutura para reconstruí-lo. As ruínas, seu levantamento cadastral e o canteiro da obra, a proposta de reconstrução do prédio e de conservação das ruínas, posteriormente, sua materialização em todos seus aspectos arquitetônicos. Por fim um aparte, nas conclusões finais, analisando todo esse processo perante os teóricos do restauro mais cultivados no meio acadêmico ouro-pretano.

Palavra-chave: Arquitetura – Restauração – Hotel do Pilão

ABSTRACT

FIEMG Cultural and Tourist Center, formerly Pilão's Hotel, is a building that fascinates and stimulates historians, engineers, architects and restaurateurs' minds, as well as locals who come to visit or research in Ouro Preto. Monument's history is closely related to its historical site beginnings, with the small villages that today made up the famous and first humanity patrimony recognized by UNESCO in Brazil, Ouro Preto city. The history of this building goes through the emergence of current and exuberant Tiradentes Square and its grandiose buildings, consolidating the urban fabric that would become Vila Rica de Ouro Preto, literally country's richest and most populous city in those years of golden age . Both city and square, with their historical, political, geographical and cultural importance, have had their names changed so many times throughout history. This work presents the building itself, where and how it is contextualized in this square, to whom it was built, by who was used through time, what was its function and what happened to have, so many volumetric mutations, in a long time, ending in Cultural Center. The biggest change was the fire that toppled it, becoming national news, mobilizing a great infrastructure to rebuild it. The ruins, its cadastral survey and construction site, the proposed reconstruction of ruins building and preservation, later, its materialization in all its architectural aspects, are also presented in this work. Finally, an aside, in the final conclusions, analyzing this whole process before the restoration theorists most cultivated in Ouro Preto academic environment.

Keywords: Architecture - Catering – Pilão Hotel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO REALIZADO.....	7
1.1 A Cidade de Ouro Preto.....	8
1.2 O Entorno: Praça Tiradentes e a Rua do Ouvidor.....	23
1.2.1 Aspectos Geográficos e Naturais.....	42
1.2.2 Aspectos Sócio-Culturais.....	43
1.2.3 Aspectos Urbanos.....	45
1.3 O Antigo Hotel do Pilão.....	49
1.3.1 Histórico.....	49
1.3.2 Levantamento Descritivo.....	52
2 O INCÊNDIO.....	56
2.1 O Fogo.....	56
2.2 Os Danos.....	57
2.3 Proposta de Preservação da Ruína.....	63
2.4 Levantamento Cadastral da Proposta de Preservação da Ruína.....	64
3 A RECONSTRUÇÃO.....	76
3.1 Proposta Arquitetônica da Reconstrução.....	77
3.2 Levantamento Cadastral da Proposta Arquitetônica de Reconstrução.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA	98

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é requisito parcial para obtenção de título de Tecnólogo em Conservação e Restauro do Curso de Graduação de Tecnologia em Conservação e Restauração, área de bens imóveis, orientado pelo Professor Mestre Rodrigo Otávio De Marco Mencioni.

Tem por objeto de estudo o Antigo Hotel do Pilão, situado na Praça Tiradentes, nº 04, no Centro Histórico de Ouro Preto, onde funciona, hoje, o Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG. Recorre-se a critérios metodológicos próprios da elaboração de um dossiê de restauro para organizar as partes iniciais que compõem este estudo.

A primeira parte se inicia com a contextualização histórica discorrendo sobre o macro sítio histórico da cidade de Ouro Preto. Posteriormente analisa-se parte do seu centro histórico, que seria o entorno do objeto de estudo, sendo que esta parte foi contextualizada com observações sobre seus aspectos geográficos, socioculturais e urbanos. A seguir, direciona-se para o micro sítio histórico que é o próprio imóvel antes do fatídico incêndio, focalizando e analisando suas especificidades originais, como, por exemplo, sua função anterior, a de um hotel. Outorga-se a ele o status de micro sítio histórico, o cerne que precipitou a necessidade de elaboração e execução de todo processo de intervenções – a restauração e a reconstrução – que culminaram no atual espaço destinado a eventos relacionados à cultura.

A segunda e a terceira parte se atem as ações sofridas pela antiga construção, como o processo singular de arruinamento pelo fogo, com os seus resultados fisicoquímicos, com as suas possíveis leituras cognitivas – objetivas e subjetivas – e, de certo, como isso influenciou nas propostas de intervenções. Atem-se, também, nas próprias intervenções, compreendendo e analisando o processo de como foram idealizadas, projetadas e realizadas, então, passando para a obra e as suas objetivações.

As três primeiras partes proporcionaram um recorte no universo dialético histórico do monumento, vislumbrando ser a base para possíveis desdobramentos discursivos do trabalho nas considerações finais, que consistem em abordar tal processo buscando respaldo nas teorias de restauro.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO REALIZADO

Minas Gerais e suas cidades históricas fazem parte de amplo contexto comum, com múltiplas particularidades, de grande importância para se entender parte da história do Brasil, o estado registra através do seu acervo artístico e arquitetônico, de imensurável valor cultural, um tempo findo, mas testemunhado aos olhos dos homens contemporâneos.

Quem visita as cidades históricas de Minas Gerais se depara com agradáveis surpresas, Sempre que retorna, vê novos ângulos na paisagem urbana que lhe parece ser conhecida. As ruelas, ladeiras, becos, igrejas, o casario, os sobrados, museus e a arte arquitetônica compõem cenários que mudam, segundo o ângulo de que são vistos em cada esquina ou vão. Apresentam, assim, ao visitante, muitas e diferentes perspectivas, com a beleza própria desses ambientes culturais singulares (BRANT, 2009, p. 7).

Dentre elas, sua mais considerável representante, está Ouro Preto (Fig. 1), descrita como o maior exemplo de arquitetura colonial portuguesa – barroca – continua do mundo.

[...] Tal reconhecimento deve-se principalmente ao fato de constituir-se em um sítio urbano completo e pouco alterado em relação à sua essência que é de formação espontânea a partir de um sistema minerador, seguido por uma marcada presença dos poderes religioso e governamental e pelas fortes expressões artísticas que se destacam por sua relevância internacional. Seu traçado urbano colonial mantém-se intacto; e os exemplares das arquiteturas religiosa e civil mais expressivos, bem como as suas obras-de-arte, encontram-se preservadas. (IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17246&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>, 2014)



Figura 1 – Vista Aérea de Ouro Preto. Fonte: https://www.flickr.com/photos/cherly_df/8202655019/, 2014.

1.1 A Cidade de Ouro Preto

Em meados do séc. XVII, incentivadas pela monarquia portuguesa, com o intuito de ocupar o interior da colônia, escravizar índios, dizimar quilombos e localizar as cobiçadas riquezas minerais como ocorrido nas colônias espanholas – competentemente e há algum tempo – várias expedições denominadas Entradas, Bandeiras e Monções foram iniciadas. Através das Bandeiras, por volta do fim do mesmo século, se chegou às regiões das minas de ouro, dentre delas estava o atual município de Ouro Preto.

Entre 1691 e 98, o ouro passou a chamar a atenção. Diversos Bandeirantes começaram a achar jazidas auríferas nos córregos das cabeceiras das bacias dos rios Doce, das Velhas e Paraopebas. Formadas em diversas vertentes, mas em pontos relativamente próximos a Serra do Espinhaço, aí ficavam as reservas atuais Mariana, Ouro Preto e Sabará (BRANT, 2009, p. 14).

Não se sabe ao certo quem descobriu as primeiras pepitas de ouro enegrecidas no córrego do Tripuí – topônimo tupi-guarani de água corrente e escassa – alguns autores reconhecem como descobridor o taubateano e Cabo de Bandeira, Antônio Rodrigues Arzão, “[...] em 1696 [...]” (VEIGA, 1998, p. 1037), que também, foi o primeiro a noticiar tal achado, o ouro preto (Fig. 2). Desde então essa nomenclatura vem sendo utilizada, variadamente, até chegar ao nome da cidade em questão.



Figura 2 – Ouro preto – paladiado – do acervo do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Fonte: http://www.eravirtual.org/mct_br/, 2014.

Consultando Maria Paula Delicio (2014), Professora e Doutora em Paleontologia do Departamento de Engenharia Geológica, Diretora do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/ UFOP, esse tipo de pepita, ouro de aluvião, sedimentados nos rios, tem uma tonalidade escura, devido estar envolvidas por fina camada de oxalato de ferro (paládio) e de óxido de ferro, elas se tornaram uma raridade pelo seu exaurimento gerado pelo garimpo.

No ano de 1698, outra Bandeira paulista chefiada por Antônio Dias de Oliveira chega aos pés do Pico do Itacolomi (Fig. 3) – topônimo tupi-guarani de pedra menina/filha – e descobre um rico veio de ouro no Córrego Tripuí. Após esta descoberta o primeiro arraial é construído, onde o Padre João de Faria Fialho, Capelão da Bandeira, celebra a primeira missa e, por isso, hoje é denominado Bairro Padre Faria. Esses dois bandeirantes, juntamente com outros, os irmãos Camargos, um deles Tomás Lopes de Camargo, é atribuída a fundação de Ouro Preto.

Pois bem, foi nessa ocasião, fins do século XVII, que uma Bandeira Paulista, chefiada pelo bandeirante Antônio Dias de Oliveira chegou a esta região. Região de elevada altitude, vivia o céu sempre brumado. [...] Os bandeirantes apenas possuíam, como ponto de referência, o marco do magnífico do Itacolomi [...]. Sabiam que, a base do Itacolomi, corria sereno e tranquilo, o riacho do Tripuí, e, que nele havia possibilidades de se encontrarem veios auríferos [...] (MAIA, s.d., p. 11).



Figura 3 – Pico do Itacolomi.

Fonte: <http://embarrocando.blogspot.com.br/2012/09/parque-municipal-cachoeira-das.html>, 2014.

Essa desenfreada busca da riqueza, proporcionada pelo ouro, fez surgir diversos arraiais (Fig. 4) – Cabeças, Pilar, Antônio Dias, Padre Faria, Piedade, Santana, São João e São Sebastião – ao longo dos vales, junto às minas exploradas e com certa distância uns dos outros, eram mistos de acampamentos em condições precárias e configuravam os primórdios urbanos de

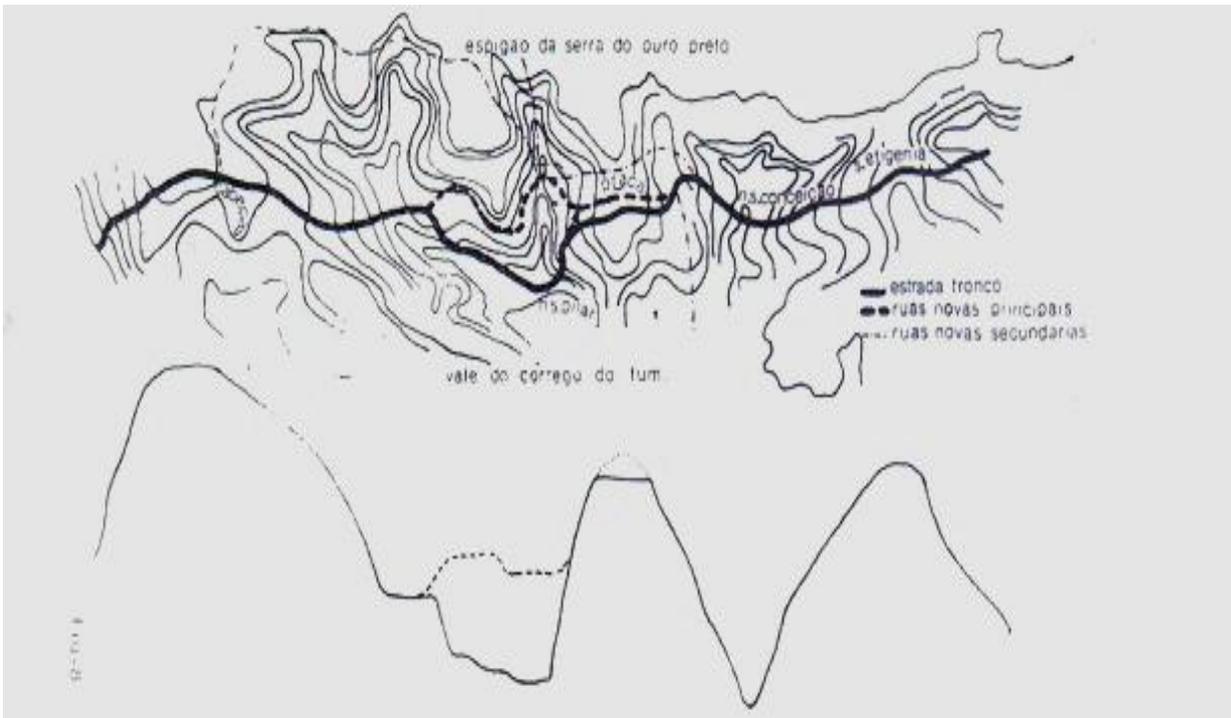


Figura 5 – Estrada tronco e as três principais elevações. Fonte: Sylvio de Vasconcellos, 1977.

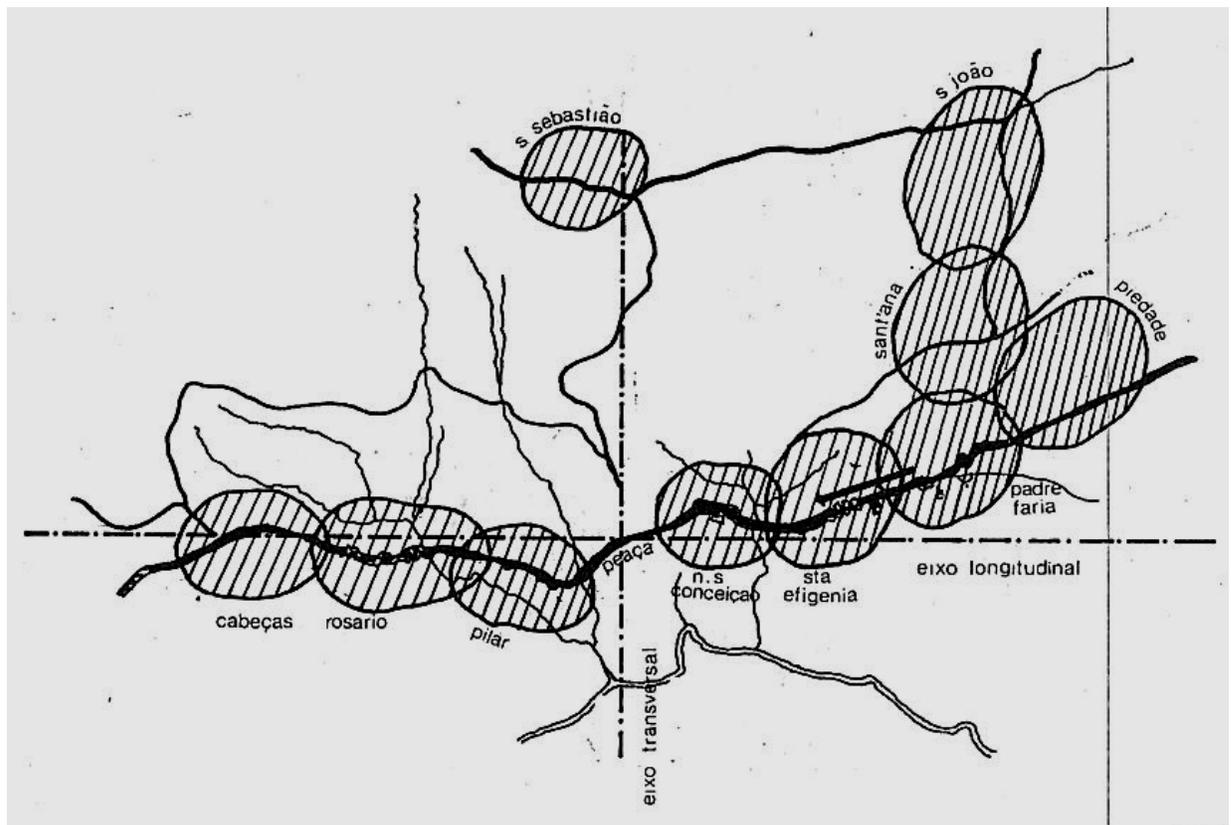


Figura 6 – Estrada tronco e a unificação dos primeiros núcleos urbanos. Fonte: Sylvio de Vasconcellos, 1977.

Entre 1707 e 1709 ocorreu a Guerra dos Emboabas que, generalizando, envolveram os Paulistas contra os Emboabas. Os primeiros eram os bandeirantes vicentinos e seus agregados, os desbravadores, os descobridores e conquistadores da região das minas de ouro. Os segundos eram os forasteiros que tentaram controlar a região tardiamente, entre eles e predominantemente os portugueses, eles reivindicavam, à coroa portuguesa, concessão de terras e lavras. “[...] Ao final, não só a maioria dos paulistas saiu de Minas à procura de ouro em outras regiões, como Goiás, mas também a Coroa portuguesa foi forçada a assumir de modo definitivo a administração do território das Minas” (BRANT, 2009 p. 15). O conflito culminou na extinção da Capitania de São Vicente e a criação, em nove de novembro de 1709, da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em separado da Capitania do Rio de Janeiro (Fig. 7), ficando, de tal forma, mais fácil e próxima à administração portuguesa. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho se tornou o primeiro governador capitão-geral da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.



Figura 7 – Capitanias a partir de 1709. Fonte: <http://santarosadeviterbo.wordpress.com/2013/03/17/capitanias/>, 2014.

Dois anos depois do término do conflito, conforme José Pedro Xavier da Veiga (1998), em 08 de julho de 1711, Vila Rica é erigida, através da unificação de seus dois principais arraiais – Pilar e Antônio Dias – alçando a uma nova categoria administrativa, futuramente outros arraiais são anexados.

Criação de Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, pelo Governador [...], no arraial das Minas Gerais de Ouro Preto, [...] foi primitivamente seu nome Vila Rica de Albuquerque, em honra de seu fundador, mas pouco depois ficou sendo somente Vila Rica, porque o governo de D. João V assim ordenou, não levando a bem que o governador desse-lhe seu nome sem prévia permissão régia (VEIGA, 1998, p. 661).

O grande fluxo de pessoas em busca de ouro à região fez surgir, paralelamente, outras atividades econômicas como as agropastoris e o comércio, com vendas e lojas, que passaram gradativamente a conferir um caráter de maior estabilidade e urbanização à Vila.

“Em 1714, foram criadas as primeiras Comarcas de Minas Gerais: Comarca de Vila Rica (Ouro Preto), Comarca do Rio das Velhas (Sabará), Comarca do Rio das Mortes (São João Del Rei)” (TJMG – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, <http://ftp.tjmg.jus.br/institucional/historico.html>). Esses territórios (Fig. 8) eram centralizados, administrativamente, nas vilas citadas (entre parênteses) e essa organização foi concretizada pelo governador, Dom Baltasar Brás da Silva.



** O desenho do mapa de Minas é apenas para referência, já que o estado, na configuração apresentada, ganhou esta forma somente no início do século 19*

Figura 8 – Mapa, autoexplicativo, das primeiras Comarcas, 1778. Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/24/interna_gerais,532084/comarcas-pioneiras-de-minas-gerais-completam-300-anos.shtml, 2014.

Com o processo contínuo de descoberta do ouro na região das Minas do Ouro, o Conde de Assumar, Dom Pedro Miguel de Almeida “[...] tornou-se o primeiro governador capitão-geral da Capitania das Minas, desmembrada de São Paulo e instituída em 02 de dezembro de 1720” (BRANT, p.16) (Fig. 9). Vila Rica se tornou, assim, a capital devido ao seu grande destaque dado pelo crescimento vertiginoso.



Figura 9 – Capitânicas a partir de 1720. Fonte: <http://santarosadeviterbo.wordpress.com/2013/03/17/capitanias/>, 2014.

Francisco Brant (2009) discorre sobre a “corrida do ouro” que atraiu para região mineira pessoas de todos os tipos e de todas as regiões do país, também, do exterior, causando grande êxodo em algumas regiões da colônia e da metrópole.

Isso refletiu muito na população de Vila Rica, especula-se ter ultrapassado os 100.000 habitantes e ser tornar uma das maiores cidades, americana, no apogeu do ciclo do ouro, por volta de 1750. Boxer cita o fato de que “[...] várias autoridades modernas opinam que não menos de 800.000 pessoas chegaram a Minas Gerais, vindas da terra-mãe, entre 1705 e 1750 [...]” (BOXER, 2000, p. 72), sendo que boa parte delas migraram para a Vila.

A nova posição de capital exigia definições e demarcações de territórios, inclusive os relacionados ao poder, com isso, até a década de “1730” (SILVA, 2007, p. 52), a formação urbana consolida-se com da união definitiva dos dois núcleos urbanos principais, no morro de Santa Quitéria. “Daí pra cá é que começam a aparecer os melhores edifícios da vila [...]” (MAIA, s.d., p. 19). Após 1735, com a posse do novo governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, foram construídas várias obras públicas de grande relevância urbanística como pontes, chafarizes e fontes, além de edifícios públicos. Em “1741” (MEMORIAL; 2004, p. 8, apud INVENTÁRIO, 2012, p. 255) se inicia a construção do Palácio dos Governadores, na Praça do Morro de Santa Quitéria (Fig. 10), começa-se o apogeu de Vila Rica.



Figura 10 – Ouro Preto, já unido pela Praça Tiradentes. Fonte: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/cartografias.php>, 2014.

A nova estrutura, inspiradas na reconstrução de Lisboa, que se tentava aplicar sobre a arquitetura e o urbanismo espontâneos, inerentes e adaptadas ao espaço topográfico local, desfavorável geograficamente, não chegou a se realizar em sua máxima expressão.

Essa nova conformação ideal, imposta sobre os arranjos existentes – descritos como precários e transitórios amontoados de rancharias, cloacas, vendas e cubículos de canga,

surgido ao longo dos córregos e veios onde o ouro brotava –, será a manifestação, no plano físico, do desejo ordenador e controlador da metrópole. Essa tentativa, em grande parte, será malograda (MENICONI, 1999, p. 37).

A fartura do ouro durou até 1750, à medida que o metal ficava mais raro, Portugal intensificava a fiscalização, combatendo o contrabando e forçando os mineradores a garantirem as cotas estabelecidas de impostos, caso uma região não conseguisse pagar 1500 quilos de ouro por ano, soldados entravam nas casas das pessoas para pegar bens até completar o valor devido, a dita Derrama. Toda essa opressão culminou com a Inconfidência Mineira (Fig. 11), movimento rechaçado duramente por Portugal. “Não se sabe a quem atribuir à chefia do movimento. Se ao Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, se a Tomás Antônio Gonzaga ou Cláudio Manuel da Costa [...]” (MAIA, s.d., p. 28). Esta revolta foi delatada por um de seus participantes, o Coronel Joaquim Silvério, ao Visconde de Barbacena, sendo assim o movimento reprimido com o exílio de todos seus mentores e com o enforcamento e esquartejamento, em 1792, do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, se tornando o mártir Tiradentes. Sua cabeça foi exposta, na praça, onde hoje se localiza sua estátua, em bronze, monumento erguido em sua homenagem.



Figura 11 – “A mais importante das reuniões dos conjurados”, por Pedro Américo. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Inconfid%C3%Aancia_Mineira. 2014.

A decadência da produção de ouro no final do séc. XVIII acabou provocando grande emigração, reduzindo consideravelmente a população da cidade, apesar de não ter influenciado de forma agressiva nas questões urbanas, já que havia muita riqueza acumulada, principalmente pelas Ordens Terceiras, ainda girando na economia local.

Após a independência do país, em “1822” (BRANT, 2009, p. 20), Vila Rica foi elevada, em 1823, por D. Pedro I, como a Imperial Cidade de Ouro Preto (Fig. 12), nesse período a cidade ainda recebia bons recursos financeiros do Império do Brasil, com os quais realizaram varias obras públicas, como por exemplo, a abertura de novas ruas e a construção da Estação Ferroviária e permaneceu como capital da Província de Minas Gerais até a construção de Belo Horizonte.



Figura 12 – Imperial Cidade de Ouro Preto, aquarela de Johann Moritz Rugendas (1824?). Fonte: http://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=1624, 2014.

Com a proclamação da República, em “1889” (BRANT, 2009, p. 94), a cidade sofreu um longo período de estagnação no século XIX em decorrência da mudança da capital, em “1897” (MAIA, s.d., p. 42), para Belo Horizonte. Em 1900, todas as instituições públicas do

desenvolvimento os destruíssem. O ostracismo manteve os casarões e as igrejas (Fig. 13) incólumes por vários anos, permanecendo assim a integridade arquitetônica setecentista da cidade e toda sintonia com a paisagem local, fato observado através da morfologia e das tipologias conservadas com a presença marcante do espaço vazio, com a implantação de referências arquitetônicas em locais de destaque e com o respeito pelas linhas dominantes do relevo. Essas construções (Fig.13) e seu modo de ocupar a solo testemunha do período aurífero onde os tecidos urbanos estão impregnados de valores humanos, culturais, religiosos e simbólicos.

A partir de 1924, com as novas ideias modernistas, onde o Barroco Mineiro foi elevado como manifestação pura da arte brasileira, Ouro Preto entra em voga no cenário nacional, com isso o seu caráter cultural, artístico e arquitetônico é evidenciado. Grandes artistas visitaram a cidade, entre eles Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral (Fig. 14) e, o poeta francês, Blaise Cendrars.



Figura 14 – Ouro Preto, desenho de Tarsila do Amaral em 1924. Fonte:
<http://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/01.008/1366>, 2014.

Foi proibida em 1932 a modificação das fachadas dos edifícios por lei municipal criada pelo prefeito Dr. João Batista Ferreira Velloso. Por ser considerado o maior perímetro urbano, construído em arquitetura colonial do interior do Brasil, a cidade foi elevada a Monumento Nacional, conforme o Decreto Federal nº 22.928 de julho de 1933 e em 21 de setembro de 1980 a cidade foi declarada pela UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, tornando se o primeiro sítio histórico brasileiro a receber tal título.

Lista do Patrimônio Mundial em Português

[...]

Brasil:

- 1980 Cidade Histórica de Ouro Preto (C i, iii)
- 1982 Cidade Histórica de Olinda (C ii, iv)
- 1985 Centro Histórico de Salvador, Bahia (C iv, vi)
- 1985 Santuário de Bom Jesus em Congonhas (C i, iv)
- 1986 Parque Nacional do Iguaçu (N iii, iv)
- 1987 Brasília (Ci, iv)
- 1991 Parque Nacional da Serra da Capivara (C iii)
- 1997 Centro Histórico de São Luís, Maranhão (C iii, iv, v)
- 1999 Centro Histórico da Cidade de Diamantina
- 1999 Costa do Descobrimento - Reserva da Mata Atlântica
- 1999 Mata Atlântica - Reservas do Sudeste
- 2000 Área de Conservação do Pantanal
- 2000 Parque Nacional do Jaú
- 2001 Centro Histórico da Cidade de Goiás
- 2001 Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas
- 2001 Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas
- 2010 Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, SE
- 2012 Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>, 2014).

Os templos católicos (Fig. 15) são magníficas manifestações do estilo Barroco e Rococó com a adição de características e peculiaridades autóctones. Curiosamente foram eles erigidos já no final do auge aurífero, quando a maioria da população estava estratificada em diversas congregações religiosas, as Irmandades que ainda usufruíam as riquezas acumuladas anteriormente. Estas organizações que reuniram mais adeptos e recursos financeiros edificaram seus templos, muitas vezes por motivação de rivalidade entre elas. Estas, também, foram os

mecenas que aturam em sua época, patrocinando, inclusive, artistas como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho e Manuel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde.

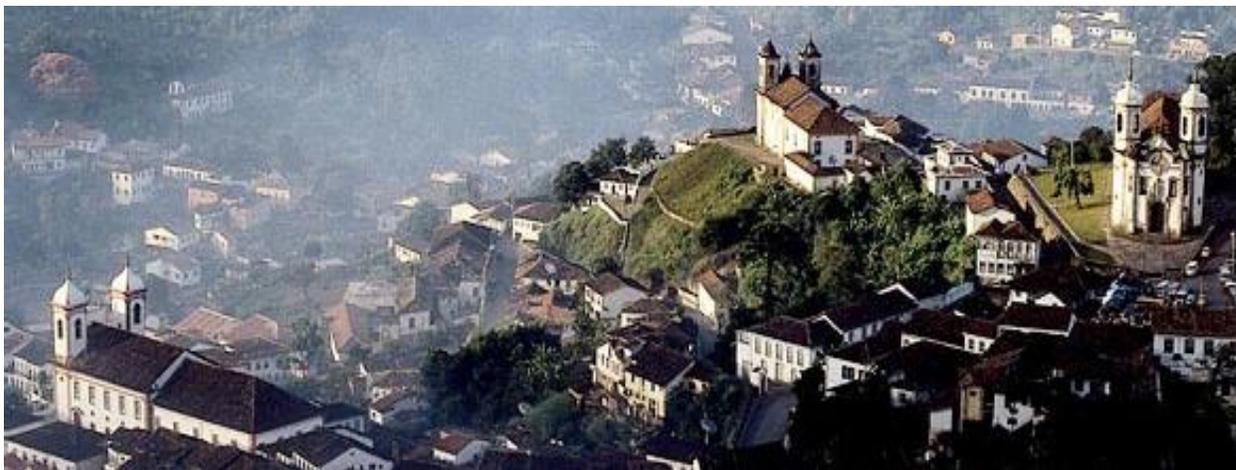


Figura 15 – Na sequência: *Matriz Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (de Baixo) e de São Francisco de Assis.* Fonte: <http://receptivo.net.br/index.php?acao=pg&kw=Ouro-Preto&url=op.htm>, 2014.

A economia da cidade continua, como desde sempre, voltada para a mineração, sendo o extrativismo de minério de ferro sua principal fonte de renda, além de diversos tipos de pedras preciosas. Nos serviços se destaca o turismo, que cresce acentuadamente. A agropecuária é pouco desenvolvida, o relevo acidentado não propicia condições favoráveis às atividades agropastoris (Fig. 16).

Variável	Ouro Preto	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	12.298	15.568.048	105.163.000
Indústria	3.845.153	54.306.183	539.315.998
Serviços	1.051.929	97.398.820	1.197.774.001

Figura 16 – *PIB de Ouro Preto.* Fonte: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/economia.php?lang=&codmun=314610&search=minas-gerais|ouro-preto|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>, 2014.

Sobre o turismo, no cultural podemos destacar eventos como o Festival de Inverno, o Festival de Jazz, o Festival de Cinema de Ouro Preto, dentre vários outros que tomam a cidade. O carnaval, ilimitado de definições, é um dos mais procurados do país. O turismo religioso contempla a cidade, atingindo seu ápice durante as celebrações da Semana Santa. O ecológico, também se destaca, o município possui vários ecossistemas nativos preservados em Parque Estaduais (Fig. 17). A região possui relevos acidentados, cachoeiras e diversificada vegetação como os campos rupestres, a mata atlântica, a mata de araucária, o cerrado e as florestas de candeias, além das trilhas seculares e as nascentes a do Rio das Velhas, Piracicaba, Gualaxo do Norte, Gualaxo do Sul, Mainart e Ribeirão Funil. Sua altitude média e de 1.116m, sendo o Pico do Itacolomy, com 1.722m, o ponto próximo mais alto. Tais características propiciam ao município um clima bem peculiar, com temperaturas amenas e umidade elevada, sendo sua neblina, há tempos atrás, comparada ao “[...] clima de Londres, o eterno “fog”” [...] (MAIA, s.d., p. 11).



Figura 17 – Pedra Cabeça de Jacaré-Lagarto, Parque Natural Cachoeira das Andorinhas. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/3631009>, 2014.

Incluindo nesse todo, o turismo de negócios e o de aventuras, Ouro Preto é um dos municípios que recebem maior quantidade de eventos em Minas Gerais.

O meio acadêmico influencia consideravelmente na economia local, pois chega milhares de alunos, anualmente, trazendo consigo recursos financeiros que movimentam os mercados da cidade, principalmente o imobiliário.

Hoje o caminho tronco, núcleo tombado, como em seus primórdios setecentistas, ainda é centro vivo da cidade, com uso urbano dinâmico e diversificado, ressaltando ao forte turismo cultural. Este mesmo uso, ou falta dele, que ao inverso em tempos atrás preservou o patrimônio arquitetônico, é o que mantém a cidade longe de sua descaracterização arquitetônica na contemporaneidade.

Quanto aos problemas da cidade existem muitos, ainda agravados por suas singularidades, como o turismo de massa – predatório, o não cumprimento dos efetivos atos de conservação e preservação pelo poder público, trânsito caótico, abastecimento de água e tantos outros, fora os comumente de uma cidade não patrimônio, que merecem um estudo a parte.

1.2 O Entorno: Praça Tiradentes e a Rua do Ouvidor

O médio sítio histórico, se considerando o entorno já delimitado, consiste na região adjacente ao micro sítio histórico, que mantêm correlações entre si e que detém excepcionalidades o destacando adentro do macro sítio histórico.

Levando em consideração o logradouro onde se localiza o Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG, o seu entorno abrange a Praça Tiradentes e a Rua do Ouvidor.

Agora, considerando o nicho específico, esses endereços estão inseridos no Morro de Santa Quitéria (Fig. 18), o último espaço a ser urbanizado, que uniria o Arraial do Pilar ao do Antônio Dias, com intuito acabar com suas rivalidades, que eram muitas, e de dar unicidade à nova Vila Rica.

Vasconcellos (1977) descreve que o processo de povoamento da Vila, que se iniciou “[...] mais nos seus extremos, de um lado o morro Pascoal da Silva, no Padre Faria e no Alto da

Cruz; do outro em torno do Rosário e Pilar, caminhando, depois para o centro, [...] constituído pelo espigão do Morro de Santa Quitéria” (VASCONCELLOS,1977, p.77) (FIG. 18).



Figura 18 – Núcleo central, por Armand Julien Pallière, em 1820 e, em foto atual, ambas vistas pelo lado da Rua do Ouvidor. Fonte: <http://rafaelflaneur.wordpress.com/2010/03/19/vila-rica-por-armand-julien-palliere/> e <http://cclbdobrasil.blogspot.com.br/2011/07/ouro-preto-origem-wikipedia.html>, 2014/14.

No Morro, especialmente a Praça Tiradentes sugere sua delimitação, com sua forma retangular à frente do edifício, a Rua do Ouvidor faz o mesmo, na fachada lateral direita, com o fim de sua vista ao descer da ladeira, rumo ao Bairro Antônio Dias, mas devido à profundidade da paisagem esta ficou limitada a Casa de Tomaz Amônio Gonzaga e a esquina da Pousada do Mondengo, onde a correlação visual, com o Pilão, é mais consistente.

Além da correlação espacial da paisagem com o imóvel, como critério para a delimitação do entorno (Fig. 19), toma-se por relevante sua tipologia arquitetônica, justificando a não inclusão de igrejas– arquitetura religiosa – próximas, apesar de estarem incluídas no mesmo período temporal e estilístico, são elas de: São Francisco de Assis; Nossa Senhora do Carmo e; Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (de Cima). Outras são avistadas da praça, mas estão bem distanciadas: São José; São Francisco de Pádua e; Santa Efigênia.



Figura 19 – Delimitação do entorno. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.

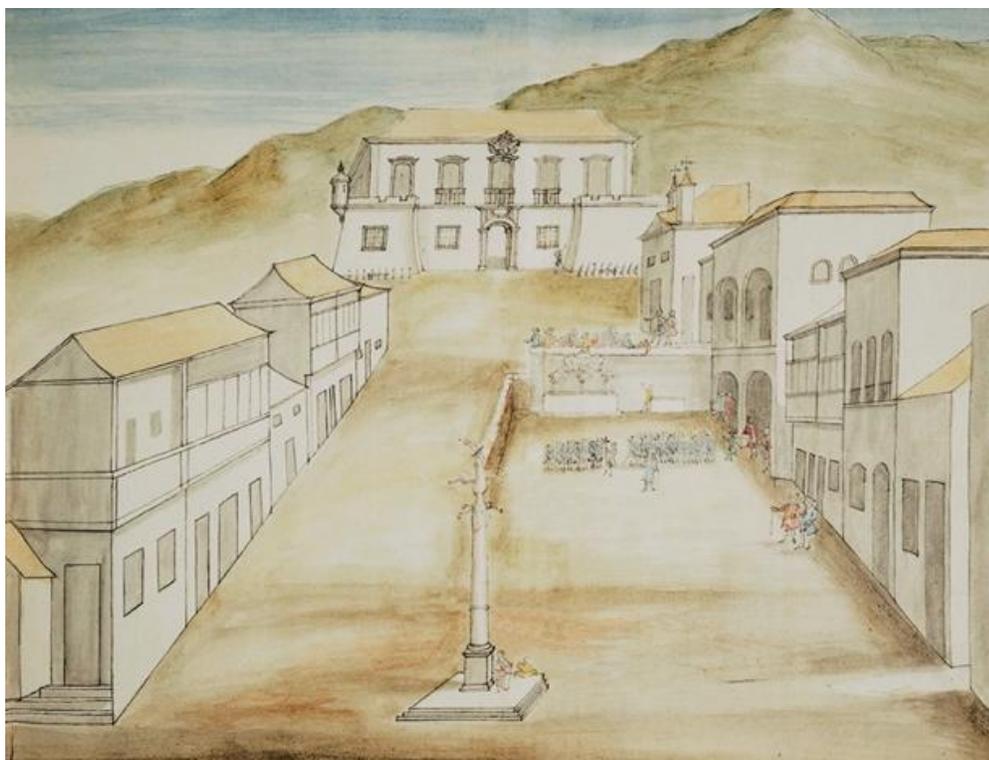


Figura 20 – A primeira imagem da Praça do Morro de Santa Quitéria, autor desconhecido, provavelmente, entre 1748 (construção do pelourinho de pedra) a 1797 (remoção do pelourinho). Fonte: <http://www.sudoestsp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>, 2014.

A Praça Tiradentes (Fig. 20) já obteve, anteriormente, outras denominações, como Praça do Morro de Santa Quitéria ou, somente, Morro de Santa Quitéria, Praça do Palácio e entre estas nomenclaturas, em quase todo o século XIX, após 1822, era identificada como Praça da Independência. O nome de Praça Tiradentes veio juntamente com a inauguração do monumento ao mártir da Conjuração Mineira, o Tiradentes, em 1894.

A nova conformação para a ocupação do platô, irregular, do Morro de Santa Quitéria, atendia as preposições urbanísticas da coroa portuguesa. Estas buscavam retilinearidade, aplainava relevos, faziam novas aberturas ordenadas por ruas, caminhos e travessas a partir do novo núcleo urbano, que se expande e se ramifica em saídas, desdobramentos e arruamentos paralelos.

Nesse movimento centrípeto, coma a construção da antiga Casa de Câmara e Cadeia e depois do Palácio dos Governadores (por volta de 1740), unem-se as duas freguesias e, com a delimitação do centro administrativo, estabelece-se o núcleo principal da povoação [...] (VASCONCELLOS, 1977, p. 77).

Essa iniciativa de domar os acidentes geográficos, por vezes não surtiam os resultados esperados quando concretizada, por exemplo, os “[...] arruamentos abertos em retas, por vezes de tal modo íngremes que quase impossibilitam o trânsito [...]” (VASCONCELLOS, 1977, p. 79).

Então, todo esse processo de afirmação da Vila e seus poderes, no seu ponto mais privilegiado geográfico e politicamente, a Praça do Morro de Santa Quitéria, se compõem de diversas fases cronológicas, sucedidas por diversos fatos mensuráveis:

- 1711 – Criação da Vila Rica (VEIGA, 1998, p.661);
- 1711 – Criação da Câmara (CAMPOS, 2012, p. 7);
- 1711 (após) – Implantação do Pelourinho de madeira (COSTA, 2011, p. 21);
- 1712 (após) – Construção da primeira Câmara (VASCONCELOS, 1977, p 26)
- 1720 – Elevação da Vila como capital da nova Capitania das Minas (BRANT, 2009, p,16);
- 1721 – Construção da Casa de Fundação (CAMPOS, 2012, p. 12);
- 1724 – Construção do primeiro chafariz, ver figura 20, na página anterior (OURO PRETO, http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_turismo_2014/atrativos/civis/chafarizes/chafariz-da-praca-tiradentes, 2014);

- 1730 (a partir) – Oficialização da conservação dos mobiliários urbanos, como calçadas, fontes e pontes dos os arraiais como um conjunto, feita anualmente, afirmando, definitivamente, sua união como Vila (SILVA, 2007, p.52);
- 1740 (por volta) – Construção da antiga Casa de Câmara e Cadeia, na praça (VASCONCELOS, 1977, p 77);
- 1741 a 1747 – Construção do Palácio dos Governadores, pelo Conde de Bobadela, onde era a casa de Fundição (MEMORIAL; 2004, p. 8, apud INVENTÁRIO, 2012, p. 255);
- 1748 – Substituição do pelourinho de madeira por um de pedra (COSTA, 2011, p. 21);
- 1785 (a partir) – Elaboração, pelo governador, Luís da Cunha Pacheco e Meneses, o projeto da nova Casa de Câmara e Cadeia e, concomitantemente, a terraplanagem e reforma da Praça, dando sua feição retangular final, com suas extremidades ocupadas e equilibradas, especialmente, por dois grandes edifícios e, simbolicamente, pelas representações de poder imposta pelos mesmos (MEMORIAL, 2004, p. 8, apud INVENTÁRIO, 2012, p. 255, 256);
- 1797 – Remoção do pelourinho, para o largo da Igreja de São Francisco de Assis, sendo, esse um símbolo, mais relacionado à ordem escravocrata do que aos poderes instituídos (COSTA, 2011, p. 22).



Figura 21 – Rua do Ouvidor a partir da esquina da Pousada do Mondengo e da Casa de Gonzaga em direção ao Pilão em seu final à direita. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-20.3857863,-43.5027184,3a,90y,322.5h,93.82t/data=!3m4!1e1!3m2!1sgFUCGAGsxdhdGgKxEbXlPQ!2e0>, 2014.

A Rua do Ouvidor (Fig. 21) está inserida em todo esse contexto, que consolidada juntamente com a Vila, se mantém e recebe, no presente, a alcunha oficial de Rua Cláudio Manuel. “[...] A rua Direita da Câmara, que já existia em 1712, unia os dois bairros, dividindo o platô ao meio, tendo em um extremo a velha casa de fundição e no outro o sobrado da Câmara [...]” (MEMORIAL, 2004, p. 8, apud INVENTÁRIO, 2012, p. 255).

Então, com o novo centro urbano de Vila Rica, instaurado, essa se transformou no “[...] centro irradiador de cultura em toda Capitania [...]” (MAIA, s.d., p. 42), período que perdurou até a perda do título de capital. Nesse entremeio, outros eventos importantes deixaram suas passagens marcadas na praça:

- 1792 – Término da construção do Passo da Cruz às Costas (INVENTÁRIO, 2012, p. 268);
- 1792 – Exposição da cabeça de Tiradentes por três dias, após 21 de abril, data de sua execução (INVENTÁRIO, 2012, p. 269);
- 1822 – Independência do Império do Brasil, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (BRANT, 2009, p.20);
- 1835 – Instalação da Assembleia Legislativa Provincial, próxima ao Palácio dos Governadores (APM – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=2, 2014);
- 1846 – Inauguração do chafariz da Praça, anexo à Casa de Câmara e Cadeia (INVENTÁRIO, 2012, p. 273);
- 1867 – Implantação da Coluna Saldanha Marinho, o primeiro monumento aos inconfidentes, em apoio aos soldados de Mariana e Ouro Preto, que foram para a Guerra do Paraguai e, homenageava, também, o chefe do estado na época, Joaquim Saldanha Marinho (INVENTÁRIO, 2012, p. 274);
- 1876 – Fundação da Escola de Minas, instalada no Palácio dos Governadores em 1892 (INVENTÁRIO, 2012, p. 676);
- 1889 – Proclamação da República do Brasil (BRANT, 2009, p.94);
- 1894 – Inauguração do monumento há Tiradentes (INVENTÁRIO, 2012, p. 279);
- 1897 – Inauguração de Belo Horizonte, nova capital das Minas Gerais (MAIA, s.d., p. 42).

O precioso conjunto arquitetônico da praça (Fig. 22) possui uma coerência visual, perceptível mesmo para os leigos, devido sua formação, que se iniciou com uma arquitetura

vernacular, sendo substituídas por outros edifícios, na maioria, barrocos, ou algum já tendendo para o neoclássico, que ao longo tempo sofreram alterações de inspiração neoclássica, eclética, da Art Nouveau e, levando em consideração o edifício de nosso estudo, de arquitetura contemporânea. Vasconcellos (1977) confirma essas substituições: “[...] Esse núcleo, configurada pela Praça do Palácio, ampliada em 1797 para desafogar a Casa de Câmara e Cadeia [...]” (VASCONCELLOS, 1977, pag. 77). Dentre esses imóveis demolidos estava a antiga Câmara, que ficava á margem da Rua Direita, seu espaço, em frente à Nova Câmara, agora está vazio (Fig. 22).



Figura 22 - Panorâmica Praça Tiradentes, 360°, destaque para o Pilão no centro. Fonte: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/019189.shtml>, 2014.

As técnicas construtivas estão representadas em cada etapa temporal, vai desde o pau-a-pique, taipa de pilão, pedra-seca, pedra argamassada, ensilharia e alvenaria. Os edifícios têm as ornamentações manuais entalhadas na madeira ou esculpidas em pedra, os vidros e as de metais já foram acrescentados a partir do período neoclássico ou eclético, que utilizava a ornamentação da Art Nouveau, em ferro fundido. Conforme Rodrigo Meniconi (1999): “[...] Persistem concepções e costumes medievais e árabes nos arranjos dos lugares [...]” (MENICONI, 1999, p.38), como as gelosias e as construções de casas de “parede-meia’ que, resultam em conjuntos de casarios uniformizados. Os rebocos são à base de cal e as pinturas caiadas em branco, pelo menos seria o mais indicado. Existem novos elementos contemporâneos, como os equipamentos urbanos (placas, lixeiras, iluminação...). Ressalta-se que há edifícios que só mantém as fachadas

originais e foram reconstruídos internamente, o próprio Pilão é uma reconstrução em quase sua totalidade.

O acervo arquitetônico e urbanístico do Bairro Centro é composto por edificações de várias épocas, desde o século XVIII até o XXI, a maior parte compreendida no período colonial, obedecendo à tipologia típica desse período com os elementos e técnicas tradicionais que lhe são peculiares. As paredes são quase sempre brancas ou em cores claras. As esquadrias são de madeira, pintadas em cores fortes como os elementos estruturais aparentes nas fachadas, marca da tipologia colonial. Os caixilhos são brancos e as janelas guilhotinadas prevalecem, não havendo muitos casos de janelas com gelsias. Os telhados têm cumeeira paralela à rua, sendo parte deles piramidais e com inclinação típica dos telhados coloniais. Os beirais são quase todos acachorrados e as telhas são cerâmicas do tipo capa-canal. Algumas edificações são reconstruções, observando-se grande concentração de fachadas “coloniosas”, ou forjadas, resultado de uma época em se aceitava e se incentivava o emprego do pastiche como forma de adaptação à arquitetura colonial; outras edificações apresentam alterações ora mais discretas, ora mais significativas, beirando a descaracterização (INVENTÁRIO, 2012, p.242 e 243).

A seguir segue um levantamento dos edifícios (Fig. 23) com maior vulto histórico e arquitetônico do entorno do Pilão – sendo que todos os têm – com um release da descrição de sua fachada que é a parte, explícita visualmente, que mais se interage entre o Pilão e seu entorno:



Figura 23 – Principais edifícios do entorno. Fonte:

<https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.

a. Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM) (Fig. 24): Onde funciona o Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto – REMOP, uma casa de shows e eventos administrada pelo CAEM e uma reprografia terceirizada. Nesse local, no século XVIII, existiu a Santa Casa de Misericórdia (Fig. 20). O prédio atual, em estilo neoclássico, já serviu como Fórum no princípio do século. Sua fachada principal possui dois níveis, sendo o primeiro com oito janelas coroadas em arco pleno e ornamentação central, as ombreiras simulam pilares com fustes simples e têm como bases as contravergas, todos possuem caneluras. Esse nível, ainda, é subdividido em três planos por dois pilares incrustados nas paredes, ordem jônica com base dupla e plinto, os cunhais seguem o mesmo padrão. Os planos laterais apresentam uma janela, o central seis, divididas em três pares geminados. O beiral possui cimbalha e ainda é acachorrados, talvez pela retirada da platibanda, as telhas são tipo capa-canal, em quatro águas. O nível inferior, tem como acesso ao interior uma porta grande de madeira, quadrangular e centralizada, suas paredes possuem sulcos horizontais paralelos que chegam ao número de seis no declive maior. Há um brasão, da Escola de Minas, acima da porta e abaixo das janelas centrais. Duas arandelas fazem iluminação pública;



Figura 24 – Centro Acadêmico da Escola de Minas. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13856&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>, 2014.

b. Passo da Praça Tiradentes (da Cruz às Costas) (Fig. 25): Por volta de 1717, já se realizava a procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, em Vila Rica. Os passos de Cristo, simbolizando o caminho do calvário, eram montados, cenograficamente e temporariamente, em determinados pontos ao longo do trajeto da procissão, para os eventos da Semana Santa. Logo, por iniciativas da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, sediada na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, as mínimas capelas dos passos, foram construídas no final do sec. XVIII e a da Praça Tiradentes foi concluída em 1792. Em 1820, o Alferes José Joaquim de Oliveira adquiriu a casa, da esquina da praça com a Rua Direita, em que está edificado, e o reconstituiu e, no presente, é um remanescente dos cinco existentes, aberto na procissão do Encontro – Domingo de Ramos – e na do Enterro – Sexta-feira da Paixão. O passo é essa porta azul de duas folhas, fechada, centralizada na próxima figura (Fig. 25), é tão coadunado com a casa que passa despercebido, possui os batentes em cantaria, com arco abatido e sobreverga, de madeira, em formato de balestra, acima se vê uma cimalha misulada, uma platibanda com um pináculo na esquina acima do cunhal com capitel simples e base dupla com plinto, também em cantaria;



Figura 25 – Passo da Cruz às Costas. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2014.

c. Casa da Baronesa (Fig. 26): Edificada no sec. XVIII, provavelmente em sua segunda metade, pertencia aos descendentes do Barão de Camargos, que cederam sua posse, em 1941, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1971 foi sede dos serviços voltados à preservação do patrimônio de Ouro Preto juntamente com a UNESCO e em 1978 passou a funcionar a sede regional do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A casa detém um acervo arqueológico, achados no próprio local, e os bens móveis da família Camargos, em seu quintal percebem-se os nichos da escavação e uma bela vista da cidade. A casa é mais simétrica no piso superior, nele existem cinco janelas rasgadas com marcos em madeira, coroadas em arco abatido ornado com sobreverga em forma de balestra, em duas folhas e bandeira com vidro, o guarda-corpo, de metal, bacia de madeira, é contínuo em todas as janelas. Abaixo a direita uma grande arandela que faz a iluminação pública. No térreo os umbrais são de pedra, arrematados com vergas abatidas e em forma de balestra, duas portas lateralizadas, a esquerda tem duas folhas, mas parece não funcional, a direita com uma folha é funcional, duas janelas guilhotinadas centralizadas. O beiral é em cimalha, o telhado possui uma mansarda à direita, próxima à cumeeira, as telhas são capa-canal;



Figura 26 – Casa da Baronesa. Fonte:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13856&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>, 2014.

d. Casa de Bernardo Pereira (Fig. 27): A Atual Câmara Municipal de Ouro Preto, já em 1862 foi adquirida, do Conselheiro José Pedro Dias de Carvalho, para sediar a Câmara da Província de Minas Gerais. Bernardo Pereira de Vasconcelos, nascido em 1795, em Ouro Preto, se tornou um importante e influente político ao ocupar o cargo de deputado na 1ª Câmara Legislativa do Império. A casa é bem simétrica, no piso superior existem seis janelas rasgadas com marcos em madeira, coroadas em arco abatido ornado com sobreverga em forma de balestra, em duas folhas e bandeira com vidro, o guarda-corpos de metal, com bacias em pedra, são ornamentados com pequenas arandelas ligadas às sobrevergas, abaixo a direita uma grande arandela que faz a iluminação pública. No térreo os umbrais em pedra são arrematados com vergas abatidas e em forma de balestra, duas portas centralizadas com duas folhas cada, quatro janelas guilhotinadas, duas de cada lado. O cunhal à direita é mais expeço no primeiro nível, parece ser de pedra apesar de estar argamassado. O beiral é em cimalha e as telhas tipo capa-canal;



Figura 27 – Casa de Bernardo Pereira. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2014.

e. Casa de Gonzaga (Fig. 28): Construída no séc. XVIII era a antiga residência dos ouvidores da Comarca de Vila Rica. Nela viveu o ouvidor e poeta português, Tomás Antônio Gonzaga, entre 1784 e 1789, provavelmente, ali, aconteciam as reuniões dos inconfidentes, atualmente é sede da

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. A edificação possui no nível térreo os marcos dos vãos em pedra, janelas guilhotinadas, porta de quatro folhas com bandeira de vidro. O nível, do pequeno porão, existente devido ao declive da rua, possui os batentes em pedra a porta em duas folhas e, é onde funciona a livraria da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Eles são assimétricos, o térreo possui uma arandela antes da janela guilhotinada a esquerda, depois vem a porta, em seguida mais quatro janelas, no porão, debaixo e entre as das duas ultimas janelas do piso térreo, há uma janelinha e da última janela a porta da livraria. O piso superior é mais simétrico com suas seis janelas rasgadas, com marcos de madeira coroados com verga em arco abatido e em forma de balestra, possuem guarda corpo em ferro fundido e são paralelas às esquadrias do piso inferior. O arremate do beiral é em cimalha, o telhado é feito com telhas capa canal, em duas águas, com a cumeeira em sentido paralelo à rua, tipo cangalha, pelo menos na parte vista da fachada frontal;



Figura 28 – Casa de Gonzaga. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2014.

f. Conjunto Alpoim (Fig. 29): São cinco edifícios, sobrados, geminados, que vão do número 52 ao número 70, inicialmente usados para fins residenciais, é considerado um dos mais importantes conjuntos de arquitetura civil, colonial, da cidade, tem uma característica peculiar, a utilização de mezanino para aproveitar o declive do terreno. O nome provém do engenheiro militar português,

Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, a quem foi atribuído o projeto que, provavelmente, foi realizado na década de 40, do séc. XVIII, não há documentação que especifique a data correta e seu projetista. O último sobrado, pertencido ao português Dom Manoel de Portugal e Castro, último governador da capitania colonial, tem destaque nas grades das sacadas se encontram a inscrição: “Para Memória do Benefício Imortal Teu Nome Fica Gravado Neste Metal”. Os cinco indícios apresentam um conjunto bem harmônico, possuem três níveis, sendo o nível central onde se usou o recurso do mezanino. O piso térreo, contém três portas para cada sobrado, elas possuem os marcos em pedra arrematados em arcos abatidos, no último prédio, à direita, estas foram convertidas em janelas guilhotinadas, pois foi agregado ao prédio da esquina. No piso central, em cada um dos três prédios, à esquerda, existem três pequenas janelas, com batentes de pedra e com folhas duplas envidraçadas, os outros dois à direita possuem batentes em alvenaria com apenas as centrais tendo aberturas, as outras estão lacradas. No piso superior são três janelas rasgadas em duas folhas, com marcos de madeira, arco abatido com sobreverga em forma de balestra, o guarda-corpo é em metal e contínuo em cada sobrado, isso nos três à esquerda, os outros à direita possuem batentes em pedra com arco abatido, o último possui o guarda-corpo em metal e contínuo, o penúltimo é um guarda-corpo por janela, que é o do Dom Manuel e possui tal inscrição. Todas as bacias dos guarda-corpos são de pedra. Em todos os níveis os vãos são organizados paralelamente na vertical e na horizontal e os beirais são terminados em cimalthas, o telhado é contínuo nos cinco edifícios, com telha capa-canal e coma cumeeira paralela à rua;



Figura 29 – Conjunto Alpoim. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/39018815>, 2014.

g. Monumento a Tiradentes (Fig. 30): O alteroso obelisco, com uma estátua como ponteira, se destaca na região central da praça, feito para ser observado de qualquer ponto dela, já é um ícone arquitetônico absorvido pela paisagem ouro-pretana. Foi erigido em homenagem ao mártir da Conjuração Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, logo após a proclamação da república. Em 21 de abril – data de sua execução – de 1892, foi lançada a pedra de início da construção, pela mesma data, em 1894, foi inaugurado governador do estado, Dr. Affonso Augusto Moreira Penna. A partir daí se substituiu o nome de Praça da Independência para Praça Tiradentes. As pesquisas indicam que substituiu a Coluna Saldanha Marinho, embora não no mesmo local e, ambos, reivindicam o local da exposição da cabeça do executado. Sua base quadrada é subdividida em vários degraus e outros volumes, como arquibancadas são usados e, é de onde se observa toda praça;



Figura 30 – *Monumento a Tiradentes*. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/20249750>, 2014.

Com uma altura total de 19 metros, o monumento foi feito em granito extraído do Morro da Viúva, no Rio de Janeiro. A Estátua do Tiradentes tem 2,85 metros, foi fundida na Itália e as vinte e quatro peças decorativas foram executadas em Buenos Aires.

O responsável pela estátua foi o artista italiano Virgílio Cestari. Nascido em Ferrara, era diplomado em arquitetura e escultura pelo “Régio Instituto de Bellas Artes”, de Florença. Ao longo da sua carreira, foi premiado pelas academias de Milão, Florença e Roma.

Segundo a tradição, a estátua foi colocada propositalmente de costas para o Palácio do Governo, o que faz com que Tiradentes fique de frente para a antiga Casa de Câmara e Cadeia, hoje, Museu da Inconfidência.

No monumento, tem-se as seguintes inscrições:

Na parte da frente: “Ao proto martyr da liberdade nacional - o Tiradentes' e o triângulo com a frase 'Libertas quae sera tamen”.

Do lado esquerdo: 'Aqui em poste de ignomia esteve exposta sua cabeça'.

Do lado direito: “7 de setembro de 1822 - 15 novembro de 1889 7 de abril de 1831- 15 de junho de 1891 Mandado erigir pelo Primeiro Congresso do Estado de Minas Gerais Lei nº 3 de 25 de setembro de 1891”.

Na parte posterior: ' 21 de abril de 1792 - 21 de abril de 1892' (DESCUBRAMINAS.COM,

http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=2&cod_atrativo=3284, 2014).

h. Chafariz da Praça Tiradentes (Fig. 31): Construído pelo Capitão Bernardo José Araújo foi inaugurado no aniversário de Dom Pedro II, isso confirmado em sua inscrição no medalhão, centralizado acima da cartela central: “Inaugurado a 2 de dezembro de 1846, 21º Aniversário de S. M. O Sr. Dom Pedro II, Por Ordem do Presidente Da Província Quintiliano José da Silva”. Apesar de construído no período neoclássico, pode ser descrito como pertencente a um Barroco tardio, isso evidenciado na ornamentação, como as volutas, acantos e vieira que aparecem em algumas partes. A sustentação, a ornamentação, como todas as peças funcionais do chafariz foram executadas em cantaria de pedra. As paredes foram revestidas com reboco com caiação branca. O chafariz parietal possui partido vertical com estrutura autônoma, com dois pilares laterais, além disso, as escadarias do museu, onde está encrostado, reforça sua sustentação. Sua fachada consiste no espaço entre o entablamento e os pilares, onde se localiza ornatos e peças que já foram funcionais. Os pilares têm as bases duplas e os fustes arrematados por capitéis simples que dão sequência ao entablamento. O coroamento do frontão é esculpido em volutas acimadas em folhas de acanto, na parte central se eleva formando uma base para a conclusão em um pináculo em forma de pinha torcida, igual aos das laterais sobre os pilares. A cartela central apresenta formas movimentadas com arremate proeminentes em forma de volutas e acantos. Possui dois ramais de água que vão culminar nas bocas de dois mascarões corados em folhas, que decoram as bicas, abaixo da cartela, encontra-se uma bacia retangular levemente curvada, seu

suporte é sulcado, sugerindo a forma de uma vieira e se apoia diretamente no solo. Do lado dos nichos da escadaria existem, no mesmo nível do chafariz, cochos retangulares feitos de pedras aparelhadas;



Figura 31 – Chafariz da Praça Tiradentes. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/39182755>, 2014.

i. Museu da Inconfidência (Fig. 32): Com intuito de ser a nova sede da Câmara e Cadeia, instituição do poder municipal, foi idealizado pelo governador Luís da Cunha Meneses, edificado entre os anos 1785 e 1855, já no fim do ciclo do ouro, posto, houve necessidade de arrecadar fundos, através de uma loteria e de utilizar mão de obra de prisioneiros, em sua maioria, eram negros submetidos há trabalhos forçados e abusivos. O grande tempo exigido para se construir o edifício permitiu que incorporasse outras influências arquitetônicas, até mesmo elementos do barroco e rococó, o descrevendo até como pertencente a um barroco tardio, remanescente da arquitetura colonial. Suas principais características são as neoclássicas, essas são perceptíveis na sua fachada de dois pisos, submetida aos princípios da horizontalidade, geometria e simetria. Os elementos decorativos eram esculpidos em cantaria, como o frontão triangular com o brasão real em relevo, abaixo, dando acesso ao interior, duas portas inseridas entre colunas jônicas. Construído sobre uma base elevada, era acessado por duas escadarias laterais, com uma fonte parietal entre elas. Centralizada e acima do pórtico se eleva uma ativa torre sineira, com volutas

e pináculos, contendo um relógio representando o poder temporal, aquele dos novos tempos de independência, submetido ao poder do imperador. Acima uma balaustrada, escondendo os beirais do telhado, com estátuas alegóricas – a Prudência, a Justiça, a Fortaleza e, a Temperança – nas extremidades, qualidades que deveriam ser inerentes ao poder. Os vãos das janelas são todos semelhantes, com molduras em pedra, arco abatido e arremate em sobreverga em forma de balestra, no piso superior elas são rasgadas com guarda-corpos ornamentados, em ferro fundido.

[...]

Em cima de espaçosa escadaria
 Se forma do edifício a nobre entrada
 Por dois soberbos arcos dividida;
 Por fora destes arcos se levantam
 Três jônicas colunas, que se firmam
 Sobre quadradas bases, e se adornam
 De lindos capitéis, aonde assenta
 Uma formosa, regular varanda.
 Seus balaústres são de lisas pedras,
 Que brandos ferros cortam sem trabalho.
 Debaixo da cornija, ou projetura,
 Estão as armas deste Reino abertas
 No liso centro de vistosa tarja.
 Do meio desta frente sobe a torre,
 E pegam deste frente para os lados
 Vistasas galerias de janelas,
 Que enfeitam as douradas grades.

[...]

(GONZAGA, http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/cartas/index28.html, 2014)



Figura 32 – *Museu da Inconfidência*. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/39019580>, 2014.

j. Escola de Minas (Fig. 33): A antiga Casa de Fundição e Moeda, a partir do ano de 1735, por iniciativa do então Governador Gomes Freire de Andrade, já começou a sofrer adequações no prédio para nova função de moradia dos governadores. A nova edificação do Palácio dos Governadores começou a construção em 1741 e o término das obras se deu por volta do ano de 1747, foi erigida em pedra e cal. Foi projetada pelo engenheiro militar, José Fernandes Pinto Alpoim, e executada por Manoel Francisco Lisboa. O Governador manteve, no local, instalada a Casa de Fundição de Moeda na parte térrea do prédio e, ainda, da Contadoria e Junta da Fazenda, a Casa de Corpo de Guarda e a Secretária do Governo. Os Governadores residiram ali até o ano de 1898, quando ocorreu a transferência da capital para Belo Horizonte. Posteriormente o edifício foi adaptado a novas funções, com adequações e anexos para servir como sede da Escola de Minas e Metalurgia, fundada em 12 de outubro de 1876, pelo então Imperador Dom Pedro II e implementada pelo cientista francês Claude Henri Gorceix, com objetivo a iniciar, no Brasil, as pesquisas científicas. O edifício abriga, ainda, o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, uma biblioteca de obras raras e um observatório astronômico. A escola se tornou pioneira na formação e pesquisa no país, com ilustres personalidades da história passando por ela, como, Carlos Chagas, Getúlio Vargas e Pandiá Calógeras. Atualmente é referência nacional em sua área e foi anexada a escola de ensino superior, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, que oferece vários cursos nas áreas de Ciências Exatas, Biológica, Humanas e Artes.

[..] Primitivamente o prédio era composto por um quadrilátero central, cercado pelas muralhas, com terraços para artilharia, guaritas, saguão e outros complementos militares, à feição de uma fortaleza. Depois de tornado sede da Escola de Minas, [...] foi objeto de várias modificações, tendo sido acrescido de inúmeras construções anexas. [...] Dos antigos terraços restaram apenas as guaritas como ornamento na frente do edifício. Trata-se de sólida construção assobradada, cuja rampa e muros enviesados, conferem, em consonância com o frontispício, um aspecto imponente à edificação. Implantada num terreno em declive e dominante, forma na frente um terraço e rampa de acesso reforçados por sólidos paredões em talude, tendo, nos quatro ângulos, baluartes com guaritas, cordão e parapeito. Apresenta cunhais e vãos em cantaria do Itacolomi, e porta principal em estilo toscano, de desenho simples e elegante, no gênero dos portais das casas fortes e fortalezas. A cornija que sustenta a janela, se apoia sobre o cordão da muralha. Na janela, destacam-se o caixilho sóbrio e moderno para a época, e a sacada de ferro à maneira portuguesa, arrematada em 1742 por Caetano Silva, cujo desenho é de Fernandes Pinto Alpoim. O edifício principal teve sua feição prejudicada pela interferência de um acréscimo lateral (à direita da rampa de acesso) que, avançando até a linha da fachada, quebra o seu equilíbrio. Esse acréscimo, feito em estilo colonial, deve ser posterior a 1911[...]. Também do lado do Caminho das Lajes, o perfil do edifício foi prejudicado pela inserção de dependências e acréscimos, incompatíveis com sua arquitetura. [...] No local do antigo jardim, existe atualmente o observatório astronômico

[...] (IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL,
http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1369,
 2014).



Figura 33 – Palácio dos Governadores. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2014.

1.2.1 Aspectos Geográficos e Naturais



Figura 34 – Mapa de aspectos geográficos e naturais. Fonte:
<https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.

A fachada principal do objeto de estudo esta voltada para o sol poente (Fig. 34), recebendo maior insolação no período vespertino, a fachada lateral direita recebe maior luminosidade no período matinal e, à esquerda, recebe pouca iluminação por estar num beco estreito, cuja sombra provém dos prédios que o delimitam.

A área se caracteriza por seu aplainamento no nível da Praça e um declive acentuado na Rua do Ouvidor em direção ao Bairro Antônio Dias.

A vegetação presente (Fig. 34 e 35), bastante rara, é representada por alguns pequenos jardins, de conformação paisagística,

Não há, atualmente, curso d'água nesse perímetro, já que o chafariz não é mais funcional.



**Figura 35 – Jardim à frente do Palácio dos Governadores e ao fundo e a direita do Museu da Inconfidência.
Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2014.**

1.2.2 Aspectos Sócio-Culturais

Os imóveis estão inseridos na principal área de interesse histórico na cidade de Ouro Preto, protegidos pelos órgãos do patrimônio. O uso comercial é predominante na região, seguido

pelo institucional e, depois o residencial, que é mínimo. O grande contingente comercial existente, no local, se deve a esse grande valor histórico e cultural, o que provoca a visitação turística muito intensa (Fig. 36 e 37).



Figura 36 – Placas comprovando o uso comercial predominante e, posteriormente, o institucional, comprovado por placas e pelos monumentos. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2014.



Figura 37 – Mapa de usos. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.

Os imóveis da região pertencem a famílias tradicionais da cidade, que os locam para os comerciantes por preços bem elevados, inflacionando o mercado imobiliário local.

1.2.3 Aspectos Urbanos



Figura 38 – Mapa de volumetrias, considerando os prédios rente à ruas. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.



Figura 39 – Mapa de tipologias de cobertura, considerando os prédios rente à ruas. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.

As edificações do entorno possuem um, ou dois e, ou três pavimentos (Fig. 38 e 40), em sua maioria são coloniais, com coberturas em telha cerâmica, tipo capa-canal, e, em grande parte, de parede meia e duas águas (Fig. 39 e 40), com cumeeira paralela à rua, tipo cangalha, pelo menos nos prédios avistados da rua, pois geralmente há acréscimos construídos nos fundos. O que se observa é a readequação de uso na contemporaneidade com a modificação de algumas de suas características originais, tais como, a adição de cômodos e até pavimentos. Nos acréscimos do Palácio do Governador, por exemplo, não considerados como parte do entorno, alguns têm mais de três volumes. A maioria das edificações da Praça, por estarem no limite de seu aplainamento, possuem porões, que também, em sua maioria, são locados para o comércio e serviços ou têm usos nos prédios institucionais.



Figura 40 – Edifícios da Praça com seus pavimentos e telhados e o calçamento das ruas em paralelepípedos.
Fonte: <http://viniusterror.com/>, 2014.

A região apresenta tráfego intenso de veículos, pois é a principal via de ligação com a saída para Belo Horizonte, como para Mariana e, também faz ligação entre elas. Está autorizado, somente, o fluxo de veículos de médio e pequeno porte. Há poucas áreas para estacionamento e elas sempre estão mudando de locais. O traçado viário, da Praça, de mão única, possui características relativamente retilíneas, na Rua do Ouvidor segue o declive geográfico natural, apresentando tráfego de mão dupla.

O calçamento das vias é de paralelepípedo, os das estreitas calçadas em lajes de quartzito (Fig. 40 e 41). Além disso, na esquina da Praça com a Rua das Flores, a fim de garantir

a prevenção de acidentes, existe algumas balizas metálicas instaladas (Fig. 41). Há pontos de ônibus fora do entorno delimitado, porém, bem próximos ao objeto de estudo.



Figura 41 – Balizas metálicas. Piso em paralelepípedo na rua e, em lajes de quartzito na calçada. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-20.3847409,-43.5037763,3a,75y,192.16h,68.13t/data=!3m4!1e1!3m2!1sSKVpBeqGyBAFipnR6gjffg!2e0>, 2014.

Dentro dos limites do entorno foram identificadas, vários tipos, de placas (Fig. 41, 42 e 43), como as de trânsito, de identificação de logradouros, de instituições, de comemorações, de méritos e de informações turística que atendem bem as necessidades do local, colaborando, juntamente com as placas do comércio, para certa poluição visual.

Foi observada a existência de rede de água e elétrica subterrânea. A iluminação pública, na maioria, é feita com arandelas. Existem poucas e pequenas lixeiras, menos que o necessário para tender o volume de lixo dos comércios e dos turistas (Fig. 41 e 42).

O parcelamento dos terrenos, predominante, é o retangular, com testada estreita e pouca profundidade devido à grande densidade de ocupação, sem afastamentos frontais e laterais.



Figura 42 – Esquina da Praça e a Rua do Ouvidor com: lixeira; rede elétrica subterrânea; arandelas; placas de trânsito, de logradouros, institucionais e turísticas. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-20.3855936,-43.5034804,3a,75y,98.94h,84.22t/data=!3m4!1e1!3m2!1sW42qjS7GQ7-uiZFvKGcU1w!2e0,2014>.

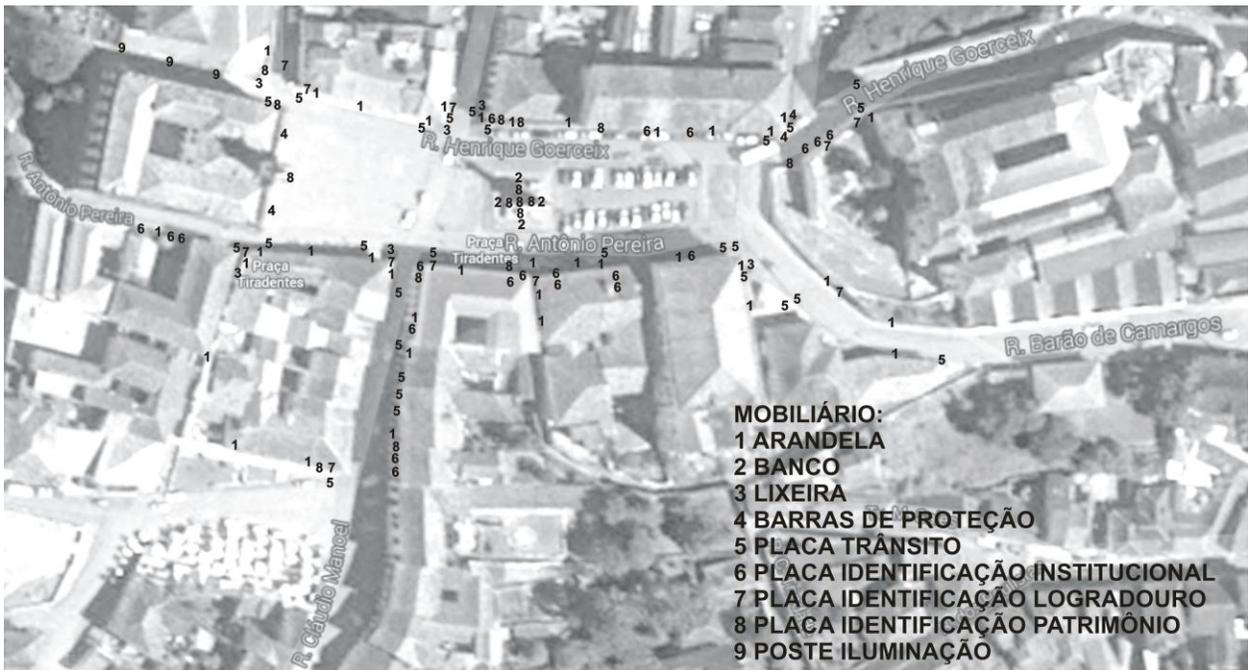


Figura 43 – Mapa do mobiliário urbano. Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0> (modificado pelo autor), 2014.

1.3 O Antigo Hotel do Pilão



Figura 44 – Hotel do Pilão antes do incêndio. Fonte: <https://www.behance.net/gallery/2839559/Rplicas>, 2016.

1.3.1 Histórico

No livro *Hotel do Pilão – Um incêndio no coração de Ouro Preto*, o fruto de pesquisa dissertativa para mestrado de Anna Maria De Grammont (2006), fica mencionado, pela própria autora, que não há muito registro histórico a respeito do seu objeto de estudo, o mesmo aqui em questão. No entanto, alguns dados são citados, como que haveria “[...] indícios de que anteriormente, por volta de 1812, existiam, no local, três casas de pose da mineradora Ana de Menezes. Seu neto, o Padre José Joaquim Viegas de Menezes, teria herdado as propriedades” (DE GRAMMONT, 2006, p. 144). Outro dado citado é que:

Há também indícios de que, em 1868, no local das três casas, existiam apenas duas e, em 1894, uma única residência. Assim, o Hotel do Pilão pode ser uma edificação do século XVIII, reestruturado no século XIX. Essa constatação é confirmada pela estrutura da construção remanescente do incêndio: colunas e tijolos e vigas de ferro ao invés das de madeira utilizadas nas antigas construções. As escavações recentes revelam também estruturas de fundações em alvenaria de pedra dos séculos XVIII e XIX. (DE GRAMMONT, 2006, p. 145)

Percebe-se, no texto do livro de De Grammont (2006), que o imóvel esteve intrincado com a história da proeminente família Menezes, desde a matriarca Ana de Menezes, passando pela sua filha e mãe solteira, Ana Caetana Josefa, genitora do reconhecido filho Padre José Joaquim Viegas de Menezes, intitulado, hoje, pai da imprensa mineira que a metrópole, em sua época, proibia, e seus herdeiros, filhos criados, entre eles Mariano Augusto Viegas de Menezes. Nota-se que os padrões familiares vigentes, mesmo naquela época, nem sempre coincidiam com as necessidades circunstanciais vividas.

Seu uso, anterior ao incêndio, também, foi descrito, no piso superior funcionava o hotel, no inferior eram comércios: “uma loja de pedras preciosas e joias, uma loja de móveis, uma loja de artesanato, uma farmácia e um *café-internet*” (DE GRAMMONT, 2006, p. 145). Informando, ainda, que o hotel fechou, mas os comércios continuaram funcionando depois da venda do imóvel, alguns meses antes do incêndio, para um empreendedor, forasteiro, do ramo de hotelaria.

Consultando outra fonte, a *Pesquisa Histórico-arquitetônica e Arqueológica das Ruínas Sobrado Pilão*, contratada pelo Sistema Social da Indústria – SESI – DR/MG (2005), executada pela empresa Archè&Tectum, para a reconstrução/restauração das ruínas, cita que a primeira referência encontrada sobre o sítio do prédio é de 1737, no Livro de Registro produzido com a regularização da Sesmaria da Câmara. O restante das informações da pesquisa confirma os dados fornecidos por De Grammont (2006), citando os Livros de Registro de 1812, 1830, 1870 e 1883. Ainda, acrescenta que havia, também, outras construções, de duas a três, pelo lado da Rua do Ouvidor, apesar dos dados imprecisos, também, não cita se essas foram incorporadas ao edifício em seu todo final. “Mesmo com certa imprecisão, tais anotações oficiais dão a clareza de que, desde a primeira metade do século XVIII, o sítio foi ocupado/apropriado por edificações de uso residencial.” (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG, 2005, p. 25)

Essa mesma pesquisa do Sistema Social da Indústria – SESI – DR/MG (2005), acrescenta mais informações, que:

- a.** Na segunda metade do século XIX, dois dos imóveis do lado da praça são reformados, tornando-se apenas um e adquirido pelo comendador Cândido de Oliveira do Carmo, o terceiro, da esquina e vendido para Francisco Affonso Painhas, grande comerciante da região;
- b.** No final do século XIX, o sobrado, passa por fase neoclassizante, principalmente de sua fachada, como ocorreu com vários outros edifícios;
- c.** Não está especificado no texto, mas conforme De Gramont (2006), em 1894, outrora três sobrados, se tornam uma única edificação;
- d.** No início do século XX, José Dias Fernandes adquire o sobrado;
- e.** A partir da década de 1930, sofre novas intervenções, retirando os elementos neoclássicos, com o intuito de reintegrar as características coloniais, já como proprietário o Sr. Vicente Andrade Racioppi, um dos precursores do atual IPHAN, falecido em 1961, assim a propriedade passa para Senhora Geralda Neves Fortes, sua viúva, e filhos;
- f.** Em 1962 é instalado, pela família dos Fortes, o Hotel do Pilão, no segundo andar prédio, isso aproveitando o novo potencial turístico que Ouro Preto adquiriu, a partir da década de 1920, com as visitas dos modernistas e reconhecimento como berço da cultura nacional;
- g.** Em 1967, ainda pelos Fortes, é inaugurado no primeiro piso o Restaurante do Pilão, ponto frequente de personalidades na década de 1960 e 1970, este foi encerrado em 1985;
- h.** A partir de 1985 o térreo foi apartado em diferentes comércios, o superior manteve o Hotel Pilão, desativado em 2002, quando todas as partes foram vendidas para o Sr. Omar Resende Peres Filho, com interesse de reformá-lo e utilizá-lo, no todo, como um hotel, o que não veio a concretizar-se;
- i.** No dia 14 de abril de 2003, acontece o incêndio do Hotel do Pilão;
- j.** Em janeiro de 2005, o sítio é adquirido pelo Sistema FIEMG, com intuito de implantar o Centro Cultural e de Informações Turística de Ouro Preto.

Isso tudo culminou na reconstrução/restauração complexo histórico onde foi inaugurado, em 21 de abril de 2006, o Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG.

1.3.2 Levantamento Descritivo

Pretendia-se realizar aqui um levantamento quanto à conformação arquitetônica antes do incêndio do prédio, infelizmente não se obteve sucesso, pois se sabe que tais informações pertenciam ao arquiteto que elaborou o projeto de reconstrução do Pilão (dado a ser explicado em outro capítulo), mas como foram mimetizadas somente as suas antigas fachadas na obra atual, pressupões que pelo menos estas sejam as mesmas ainda hoje e, que o interior, todo novo, não importaria tanto. Também não foram encontrados registros fotográficos que embasassem essa descrição das fachadas antigas.

Apesar do estado do interior não ser tão fundamental, crê-se que sua história sim, então pensou em se fazer a descrição das três residências em suas funções e traços originais, por época de suas gêneses, mas como isso, idem, não foi possível, devido inexistência de fontes e das diversas alterações nas estruturas edificadas em todo processo temporal, buscou-se informações de como poderiam ter sido, através de especificidades, generalizadas, referentes à época de suas construções, recorre-se então ao texto de Ana Aparecida Barbosa (2004), um estudo das obras de Sylvio de Vasconcellos, que nos dá importantes dados, que podem qualificar o caso, a seguir nos próximos parágrafos.

Com a consolidação das vilas em Minas, início do século XVIII, as casas simples de pau-a-pique e cobertura vegetal, com partidos quadrados, vão sendo substituída por residências mais elaboradas buscando um maior conforto, se utilizando de outros sistemas construtivos como as outras arquiteturas de terra (taipa de pilão e a alvenaria de adobe), a alvenaria de pedra e a coberturas com telha. A planta também se modifica, acrescenta-se a retangular, que consiste basicamente de um corredor lateral que atravessa toda casa, da rua ao quintal, permitindo uma fácil locomoção e acesso aos cômodos (sala na frente, alcovas no meio, serviços no fundo), ao telhado e ao porão, caso tenha um.

Passou-se então a construir casas alteadas do chão por embasamentos mais altos, tangenciando os arruamentos e acabadas com maior apuro. Aqui foram desprezados os partidos quadrados, alongam-se transversalmente em retângulos proporcionados, mas às vezes ainda decorrentes do quadrado. Os pés direito passam a 3,00 (três metros) ou 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), e as janelas se alteiam aproximando dos beirais. A distância entre elas e os frechais é agora a metade do espaçamento inferior, entre o peitoril e o baldrame. E agora a planta se complica em função da ampliação da

especialização das funções. Aparece o corredor de entrada, o quarto de hóspedes, a grande sala de receber e a varanda de trás de serviço. Cozinhas se mantêm em puxados posteriores, insinuando pátios internos. Os forros passam a ser de madeira, lisos ou emoldurados, com abas e cimalthas, valorizados por pintura decorativa, folhas das portas e janelas em madeiras almofadadas perfiladas. A pedra começa a ser usada com a fase polida e trabalhada, através da enxilharia nos portais cunhais, escadas e outros elementos. (BARBOSA, 2014, s.p.)

Com o progresso das Vilas, segunda metade do século XVII, em suas partes centrais, a oferta de espaços, agora arruados e com pouco aproveitamento dos fundos, até mesmo divididos para gerarem novas frentes em rua paralelas, com testadas de no máximo 10 m, diminui, com isso surgem os sobrados, que elevam a planta básica para segundo piso (Fig. 44), com poucas modificações. Essa planta (Fig. 45) supõe-se que, seria a utilizada nos três sobrados que originaram o Pilão, guardando suas especificidades.

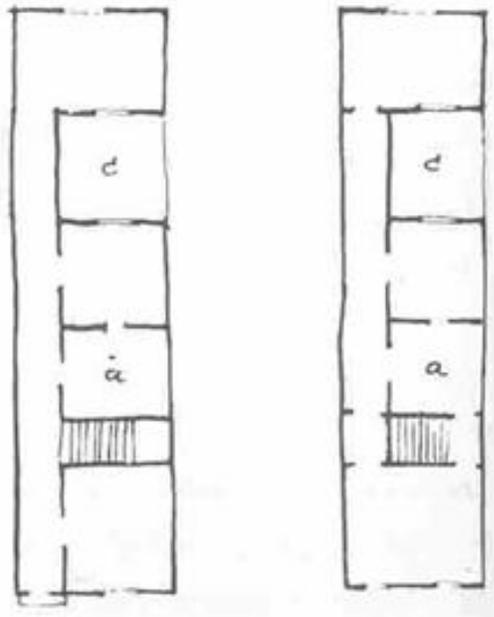


Figura 45 – Planta de habitação urbana assobradada. Fonte: S.a., em TOPOS, 1999.

Neste contexto as edificações ficavam sujeitas aos lotes disponíveis, as habitações não se localizavam segundo preferência de orientação solar, tendo como referência a via pública mais próxima, tangenciando-a e quase sempre as laterais do lote. Tendo em vista a busca pela maior utilização dos lotes, e a divulgação da abastança e do poder as classes sociais favorecidas economicamente, utilizavam da construção de sobrados na busca por este destaque social. Muitas vezes estes sobrados eram construídos sobrepostos a antigas casas térreas, que muitas vezes em função da declividade natural da topografia, já possui porões às vezes com pés direito, que possibilitavam melhor uso destes espaços.

[...] as habitações acontecem espremidas umas as outras tendo uma única parede separando uma casa da outra. A habitação passa a ocupar o lote de maneira longitudinal, com estreitas fachadas e espaços cada vez menores, em média cômodos de 8,00m², exceto a sala da frente, os quartos no interior da construção sem janelas, as alcovas.

[...]

Surge então os sobrados, nem sempre para atender a ampliação de moradia, mas para abrigar dependências anexas à vida e ao trabalho dos moradores. Espaço pra animais, carros, areios, mantimentos, senzalas, depósitos, e principalmente para comércio. Moradia em cima e atividades em baixo. A escada entala-se transversalmente entre a sala da frente e as alcovas, e a planta da moradia não se altera substancialmente. O térreo abre-se em salões, eliminando divisões [...].

[...]

No interior da habitação ao corredor e à sala de jantar, comunicavam-se os quartos de dormir principais. Para a varanda dos fundos davam portas a cozinha e outras dependências secundárias, inclusive um sórdido cubículo sem janelas, onde se depositam os vasos de serviço íntimo e se tomava o banho em gamelas grandes ou bacias de arame. As coqueiras, galinheiros, quartos de arreios e dormidas de escravos eram muitas vezes de baixo da casa.

Nas casas sem capelas, existia um quarto reservado às práticas religiosas [...]. (BARBOSA, 2014, s.p.)

Quanto às fachadas (Fig. 46), estas eram consideradas como item arquitetônico à parte, de ostentação, recebendo maiores cuidados que o restante da edificação, tanto que se sua ornamentação se modificava, conforme o gosto de cada época, como por exemplo, as varandas e ornamentações de metais e o vidro, inseridas no período neoclássico, a partir de 1800.



Figura 46 – Transformações arquitetônicas em Minas Gerais. Fonte: Sylvio de Vasconcellos, em TOPOS, 1999.

[...] as fachadas em geral se apegam ao verticalismo acentuado. Alteiam-se os pés direitos, que chegam a 4,00m (quatro metros), e os vãos espicham-se para cima e para baixo, em janelas rasgadas por inteiro, providas de sacadas ou parapeitos entalados com balaústres, que acentuam o caráter vertical da fachada. Estreitas e altas, abrem-se as fachadas quase por inteiro em janelas e portas, aproveitando ao máximo as faces livres da construção, enriquecidas pelo ondular das vergas curvas quase contínuas. (BARBOSA, 2014, s.p.)

Sobre as leis a respeito, adivindas de Portugal, sempre tentaram nortear a urbanização da colônia. Vila Rica, por ficar intrindcada nos rincões de Minas, sofreu menos interferências, mesmo assim a partir de 1975, em Ouro Preto, tornou se necessário a apresentação de um release do que seria feito para aprovação dos poderes locais.

A Coroa Portuguesa tão logo assumia o encargo da organização efetiva das povoações, transformando-as em Vilas, providenciava normas reguladoras de sua existência, contemplando a arquitetura e o urbanismo. Através de Cartas Régias [...], fazendo-se delinear as habitações dos moradores, buscando a utilização da linha reta no intuito de se terem ruas largas e direitas. Contemplava-se ainda a plasticidade das edificações definindo-se que as mesmas fossem fabricadas de maneira uniforme pela parte exterior, ainda que internamente a liberdade construtiva fosse permitida ao proprietário, buscando-se assim certa uniformidade na busca pela a mesma “formosura” nas diferentes vilas. (BARBOSA, 2014, s.p.)

2 O INCÊNDIO

Mais que marcar a data do incêndio no Antigo Hotel do Pilão, “14 de abril de 2003” (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG, 2005, p. 30), ou suas causas, este capítulo volta-se para o processo de arruinamento, o fogo (Fig. 47) e os resultados deste, os danos.



Figura 47 – *Incêndio no Hotel do Pilão*. Fonte: <http://periodoop.blogspot.com.br/2013/06/grupo-guilherme-matheus-ragner-samara.html>, 2016.

2.1 O Fogo

É sabido que o fogo, na realidade, é o calor e a luz emanados do processo fisicoquímico, a combustão ou, ainda, de uma oxidação muito rápida, dado entre materiais inflamáveis, ou combustíveis, e o comburente, no caso o oxigênio da atmosfera, que se inicia com uma primeira força de ignição, e se propaga através do próprio calor gerado.

Cientificamente falando, o que nos interessaria para esse estudo, seria a combustão e não propriamente o fogo, mas como esse, mesmo que volátil, é a representatividade visível da outra, será tratado como a tal.

O fogo possui muitas simbologias, destas possibilidades, segundo a Enciclopédia Completa de Signos & Símbolos (2010) as descrevem como: “Símbolo masculino da criação, destruição, purificação, regeneração e ardor espiritual ou sexual”.

Desdobrando essa descrição, quando se refere ao masculino da criação se refere ao próprio Deus, o criador que cede sua centelha para a criação, ou mesmo quando lhe é roubada como no mito grego de Prometeu que rouba o fogo de Zeus e dá aos humanos.

Vale lembrar que as tecnologias só se desenvolveram e houve uma mudança considerável na vida do homem, quando este descobre a forma de dominar o fogo na pré-história.

A destruição está muito ligada ao apocalipse, ao fim, ao fogo que queima para destruir completamente ou direciona há queimar, eternamente, no inferno, este que na maioria das mitologias e religiões é descrito como o fogo que queima sem consumir.

A purificação, regeneração estão muito ligadas à sublimação, à ascensão ao paraíso, aos céus, aos Campos Elísios (grego) ou, mesmo, a uma mudança interior, íntima.

Outro aspecto que podemos identificar da destruição seria destruir para renascer, como no mito da Fênix, que remonta ao Egito antigo, que se auto inflama, quando da sua morte e renasce das próprias cinzas, ou seja, nova vida.

O fogo, também, está ligado à passagem do tempo, sendo utilizado em rituais que o marcam no início ou fim ou durante o período em que a chama se mostra acesa, um bom exemplo é o Círio Pascal, a vela espessa que representa Jesus Cristo nos Batismos e Crismas e fica acesa durante o tempo Pascoal, cinquenta dias que vai do domingo de Páscoa ao domingo de Pentecostes, outro exemplo seria as fogueiras celtas que marcava o solstício de verão, data apropriada pelo cristianismo para o nascimento de Jesus.

2.2 Os Danos

Na “Pesquisa Histórico-arquitetônica e Arqueológica das Ruínas Sobrado Pilão” (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG, 2005, p. 36-43), há uma parte reservada para um parecer técnico que descreve as consequências do incêndio, elaborado pelos arquitetos responsáveis da ARCH&TECTUM, Breno Decina Filho e Deise Cavalcanti Lustosa, que vai ser

reproduzido quase na íntegra, inclusive com as fotos, pela impossibilidade de refazê-lo atualmente:

PARECER TÉCNICO PRELIMINAR

[...]

IDENTIFICAÇÃO

Mediante o levantamento histórico-iconográfico e leitura dos vestígios em superfície foi possível detectar a estrutura de três sobrados considerando o conjunto existente, onde, a partir do início do século XX, permanecia três unidades de uso residencial e comercial.

Os vestígios indicam a possível existência de quintais e divisas localizadas ao nível térreo/porão dos antigos imóveis em alvenaria de pedra, de faturas diferenciadas, que receberam ao longo dos anos intervenções e alterações de uso e tipologia construtiva. Entretanto é bastante perceptível, apesar das recentes intervenções/demolições realizadas, os limites das propriedades e edificações.

O levantamento arquitetônico dos vestígios remanescentes foi dificultado pelas intervenções e perdas ocorridas tanto pelo incidente como pelos processos de limpeza e retirada dos escombros, registrando-se perda de parte significativa de alvenarias importantes para a leitura das unidades residenciais componentes.

DESCRIÇÃO

Fachada lateral direita - Rua Cláudio Manoel

A-B - Existência de vestígios em tijolos cerâmicos e umbrais em madeira dos vãos de porta e madre, limite entre o nível porão e primeiro pavimento.

B-C - Existência de vestígios em tijolos cerâmicos e madre em estado precário de conservação, limite entre o nível porão e primeiro pavimento. Início do baldrame em pedra.

C-D - Existência de baldrame em pedra e marcação dos vãos de portas. Perda total das alvenarias de vedação.

D-E - Existência pórtico composto de três vãos em cantaria de pedra e vedação superior em alvenaria em pedra e madre de madeira em estado precário de conservação. Os vãos guardam registros dos portais em madeira fixados com pinos metálicos em estado de oxidação. As madeiras neste local estão comprometidas. (Foto 18)



Figura 48 – Foto 18. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

A divisa entre as duas propriedades é bastante tênue e mostram-se compostas por um único cunhal e parede divisória, compostas por alvenaria de pedra no nível porão e tijolos cerâmicos maciços nos dois demais níveis superiores.

Fachada Principal – Praça Tiradentes

A1 - Existência de baldrame em lajeado de pedra apresentando vestígios de soleiras de cerâmica e sobreposição de pisos e complementações em tijolos.

A2 - Existência de baldrame em alvenaria de pedra seca, arrematado por lajeado de pedra em cuja superfície apresenta registros escavados dos antigos cunhais e esteios de madeira das paredes originais em pau-a-pique. Marcação de portas e degraus de acesso ao imóvel. (Foto 19)



Figura 49 – Foto 19. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

Acima, presença de resquícios de alvenaria de tijolos cerâmicos: um deles conformando um pórtico com vão de porta e outro no limite do imóvel junto à esquina localizado no antigo cunhal. (Foto 20)



Figura 50 – Foto 20. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

Fachada do Beco do Pilão

B-E - Parede de divisa externa com o beco, com dois acessos ao interior do imóvel – nível intermediário. Tornou-se o único remanescente composto por três pavimentos que se encontram escorados por andaimes em sua face externa e interna. Foi concebida, originalmente, em estrutura autônoma de madeira e vedação de pau-a-pique. (Foto 21)

Nível Porão: arrimo em pedra com acréscimos em concreto e barranco em terreno natural.



Figura 51 – Foto 21. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

Nível Primeiro Piso: alvenaria de tijolos cerâmicos maciços – intervenções posteriores. Neste nível encontramos os vestígios da antiga escada de madeira perdida durante o incidente. Parte da alvenaria foi removida e apresenta o registro/perda da demolição da alvenaria que constituía a parede limite posterior do antigo imóvel. Os vestígios de revestimentos, azulejos, cerâmicas e reboco ainda permanecem nas superfícies internas. Nível Segundo Piso: Vedação em pau-a-pique e um painel em tijolos cerâmicos maciços. Encontramos os antigos vãos de janela, cujos enquadramentos encontram-se em precário estado de conservação e perda total de suas vedações. A parede é acabada por um frechal e apresenta parte do beiral e da antiga cachorrada. Mostram ainda revestimentos de reboco e pinturas.

Divisa Posterior

Nível Porão

E1 - Alvenaria em pedra construída sobre o terreno natural escavado recentemente.

E2 - Alvenaria em tijolos cerâmicos maciços com a presença de pilares de tijolos, alterações posteriores. Parte do piso em cimentado e elementos do sistema de esgoto pluvial em manilhas cerâmicas. (Foto 22)

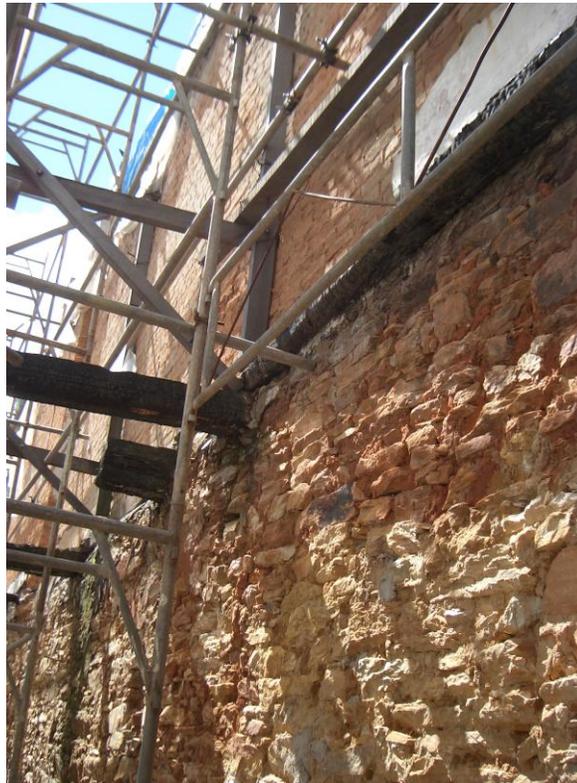


Figura 52 – Foto 22. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

E4 - Alvenaria de pedra com a marcação e resquícios dos barrotes e contra-barrotes em precário estado de conservação.

Nível Primeiro Piso- E1, E2 e E4 - Alvenaria de tijolos cerâmicos maciços, parede de divisa com o imóvel lateral Rua Cláudio Manoel.

Nível Segundo Piso- E1, E2 e E4 - Alvenaria de tijolos cerâmicos maciços, parede de divisa com o imóvel lateral Rua Cláudio Manoel, tendo ocorrido perdas significativas das paredes e da empena da cobertura do mesmo.

Paredes Internas

B1 e B2 - Muro de arrimo em alvenaria de pedra – blocos e canjicado - com a presença de pedra de canga, sobretudo na base, alinhados na face voltada para o interior. Sobrepõe-se ao mesmo um baldrame em lajes de pedra que suportava o barroteamento de piso. O terreno natural era inclinado na direção sul e junto a este muro, parte do terreno teve o Acompanhamento Arqueológico de Desaterro, realizado em março de 2004, sob a solicitação e fiscalização da 13ª SR IPHAN, cujo Relatório Técnico Final encontra-se arquivado junto ao mesmo.

B3 - Trecho de alvenaria de pedra, continuidade do arrimo B1-B2, que sofreu intervenções posteriores com o desaterro e ampliação do espaço do porão na lateral direita. Para contenção do arrimo original foram adicionadas, abaixo deste muro, fiadas de tijolos cerâmicos encontrados como proteção do terreno natural.

C1 - Pilar em alvenaria de pedra com base em blocos de canga, cuja situação mostra-se pertencente a suporte/divisão interna da edificação nº 1. Parede de alvenaria mista com intervenções em tijolos e alvenarias em blocos de canga com argamassa de barro que sofreu erosão pelas intempéries.

C2 - Pilar em alvenaria de pedra com base em blocos de canga, cuja situação mostra-se pertencente a suporte/divisão interna da edificação nº 2.

C3/C4 - Alvenaria em pedra de divisa da edificação 2 para área externa – quintal - interrompida por vão de acesso, preenchido por resquícios de tijolos. A continuidade da

alvenaria C4 à fachada da Rua Cláudio Manoel foi substituída por tijolos cerâmicos e perdida junto às intervenções de retirada dos escombros. (Foto 23)



Figura 53– Foto 23. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

D1 - Alvenaria em pedra de divisa das supostas áreas externas das edificações 1 e 2. Esta alvenaria mostra-se sob terreno natural devido intervenção de remoção de sedimento para nivelamento do terreno.

Intervalo D1/D3 - Terreno natural cujas intervenções de remoção de sedimento para rebaixamento do terreno ocasionou a perda total de registros da alvenaria em pedra ali existente que se constituía no limite posterior da edificação 1 com área externa da mesma.

D2 - Alvenaria em pedra, em lajes e blocos, que fazia o limite das propriedades edificações 2 e 3, sendo esta parte do perímetro de divisa da construção da edificação 3. Intervalo entre D2 e E4 - Existência de barotes e contra-barotes em madeira pertencentes ao piso do nível superior da antiga edificação 3. (Foto 24)



Figura 54 – Foto 24. Fonte: Serviço Social da Indústria – SESI DR/MG, 2005.

E3 - Alvenaria de pedra com várias intervenções, adicionada de resquícios de tijolos cerâmicos e paredes de concreto. Possível limite de caixa d'água construída nos últimos 50 anos. Arrimo e contenção de terreno, muro divisório das propriedades 1 e 3.

Pisos

Vestígios de revestimento de pisos localizados entre as alvenarias A2/B3 constituído de lajotas cerâmicas vermelhas e resquícios de piso em cimentado e pedra, junto aos limites do Beco do Pilão e fachada posterior da edificação nº 1.

Encontram-se ainda pequenos trechos de revestimentos não significativos dispersos em toda área.

2.3 Proposta de Preservação da Ruína

A “Pesquisa Histórico-arquitetônica e Arqueológica das Ruínas Sobrado Pilão” (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG, 2005, p. 43-46), explicita a proposta de preservação da ruína, item elaborado pelos arquitetos responsáveis da ARCH&TECTUM, que vai ser reproduzido quase na totalidade, posto que já feitos:

PROPOSTAS/MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS TESTEMUNHOS HISTÓRICO-ARQUITETÔNICOS

Frente aos levantamentos iniciais histórico-iconográficos, levantamento arquitetônico dos remanescentes histórico-arquitetônicos, análise e leitura espacial da área em estudo e as interpretações das informações contidas no sítio; e, baseados no conhecimento da expectativa dos órgãos de preservação e da população de Ouro Preto tecemos considerações preliminares para a preservação, conservação e restauração dos testemunhos remanescentes.

CONSIDERAÇÕES

Em princípio o processo de avaliação das ruínas consistiu em um estudo dos aspectos técnico-construtivos e avaliação das perdas sofridas comparativamente com o levantamento arquitetônico executado pela VIVA Arquitetura, no ano de 2002, antes do incidente – incêndio.

Alicerçados pela pesquisa histórica e iconográfica, o sítio foi estudado através da representatividade no âmbito da preservação/conservação dos vestígios remanescentes para o registro/permanência da memória histórica dos imóveis que constituíram o conjunto das Ruínas do Sobrado Pilão.

A sistemática de análise dos remanescentes considerou “graus” de importância indicando a preservação/permanência e por último a indicação das intervenções a serem executadas para a memória histórica do conjunto de bens imóveis da Praça Tiradentes / Ouro Preto/MG.

RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

PRESERVAÇÃO/PERMANÊNCIA/RESTAURAÇÃO

Rua Cláudio Manoel – Portada em Cantaria de Pedra

Restauração dos elementos em cantaria e recomposição da sobreverga em alvenaria de pedra, bem como restauração conservativa dos pinos metálicos.

Fachada Beco do Pilão

Restauração da fachada em pau-a-pique e tijolos cerâmicos situados no primeiro e segundo níveis, com recuperação dos enquadramentos e vedações dos vãos.

Estabilização do painel de fachada e manutenção da visibilidade interna do segundo nível.

PRESERVAÇÃO/PERMANÊNCIA/REGISTRO

Preservação/conservação das alvenarias que registram o perímetro externo e as divisões internas das propriedades/imóveis que constituem o conjunto de ruínas – Sobrado Pilão - ver plantas 7/8 e 8/8.

PRESERVAÇÃO/PERMANÊNCIA/RECUPERAÇÃO

Preservação/conservação das alvenarias e recuperação das mesmas para sua permanência, não sendo prioritário o destaque - ver plantas 7/8 e 8/8.

PROJETO/DOCUMENTAÇÃO

Os elementos indicados constituem-se em arrimos de subdivisões internas aos imóveis de nºs 1 e 2, recomendando-se a documentação dos mesmos e, se possível e se de interesse de preservação, frente ao Projeto Arquitetônico do Centro Cultural FIEMG, a sua permanência.

DOCUMENTAÇÃO

Áreas de intervenções posteriores que devem ser documentadas fotograficamente antes das obras do Centro Cultural FIEMG e que farão parte do Relatório Técnico Final que serão executadas quando da investigação arqueológica.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Todo o material removido e/ou disperso - madeira, pedra, tijolos e outros – deverão ser reaproveitados na recuperação e/ou execução das obras.

Todo o material a ser eliminado deverá ser listado, fotografado e autorizado pelo Órgão de Preservação - IPHAN, bem como indicada sua destinação.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2005

Breno Decina Filho

Arquiteto/Urbanista e Arqueólogo

Deise Cavalcanti Lustosa

Arquiteta/Urbanista e Conservadora

Nessa mesma “Pesquisa Histórico-arquitetônica e Arqueológica das Ruínas Sobrado Pilão” (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG, 2005, p. 47-85) há uma grande atenção dada aos vestígios materiais arqueológicos, como análise do sedimento/estratigrafia; análise e resultados: categoria cerâmica, grafite, louça, shell edge, flow bué, willow e, outras; categoria madeira; categoria metálica; categoria vítrea; o acervo arqueológico; restauro conservativo do acervo arqueológico; critérios de intervenção de tratamento conservativo; tratamento conservativo categoria cerâmica e pétrea, categoria grafite, categoria louça e vítrea, categoria madeira, categoria metálica, categoria óssea, categorias plásticas / couro; acondicionamento / reserva técnica; recomendações / programas arqueológicos, monitoramento e resgate arqueológico, educação patrimonial, subprograma divulgação subprograma oficina de capacitação para restauro; considerações finais e; a bibliografia. Ainda há um projeto de Sondagens / Tradagens Arqueológicas com duas pranchas (2.4 *Levantamento Cadastral*) e os anexos, com 30 p., complementando a parte arqueológica.

2.4 Levantamento Cadastral da Proposta de Preservação da Ruína

O levantamento cadastral e o projeto de preservação das ruínas, que também fazem parte da “Pesquisa Histórico-arquitetônica e Arqueológica das Ruínas Sobrado Pilão” (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG, 2005, s. p.), é composto por dois projetos, sendo que o primeiro é composto de oito pranchas e o segundo composto de mais duas pranchas, ambos são descritos, abaixo, na sequência de sua numeração de figuras e das páginas onde contidas na sequência deste texto:

- Figura 55 – 1/8 *Planta 1 – Nível Rua Cláudio Manoel. Cadastro / Registro Arquitetônico Ruínas.* P. 66;
- Figura 56 – 2/8 *Planta 2 – Nível Praça Tiradentes. Levantamento Arquitetônico Ruínas.* P. 67;
- Figura 57 – 3/8 *Fachada da Rua Cláudio Manoel.* P. 68;
- Figura 58 – 4/8 *Corte BB.* P. 69;
- Figura 59 – 5/8 *Corte CC.* P. 70;
- Figura 60 – 6/8 *Fachada 3 – Beco.* P. 71;
- Figura 61 – 7/8 *Planta 1 – Nível Rua Cláudio Manoel. Indicação de Áreas a Serem Preservadas.* P. 72;
- Figura 62 – 8/8 *Planta 2 – Nível Praça Tiradentes. Indicações de Áreas a Serem Preservadas.* P. 73;
- Figura 63 – 1/2 *Planta Sondagens / Tradagens Arqueológicas.* P. 74;
- Figura 64 – 2/2 *Planta Sondagens / Tradagens Arqueológicas – Bases Pilares.* P. 75;

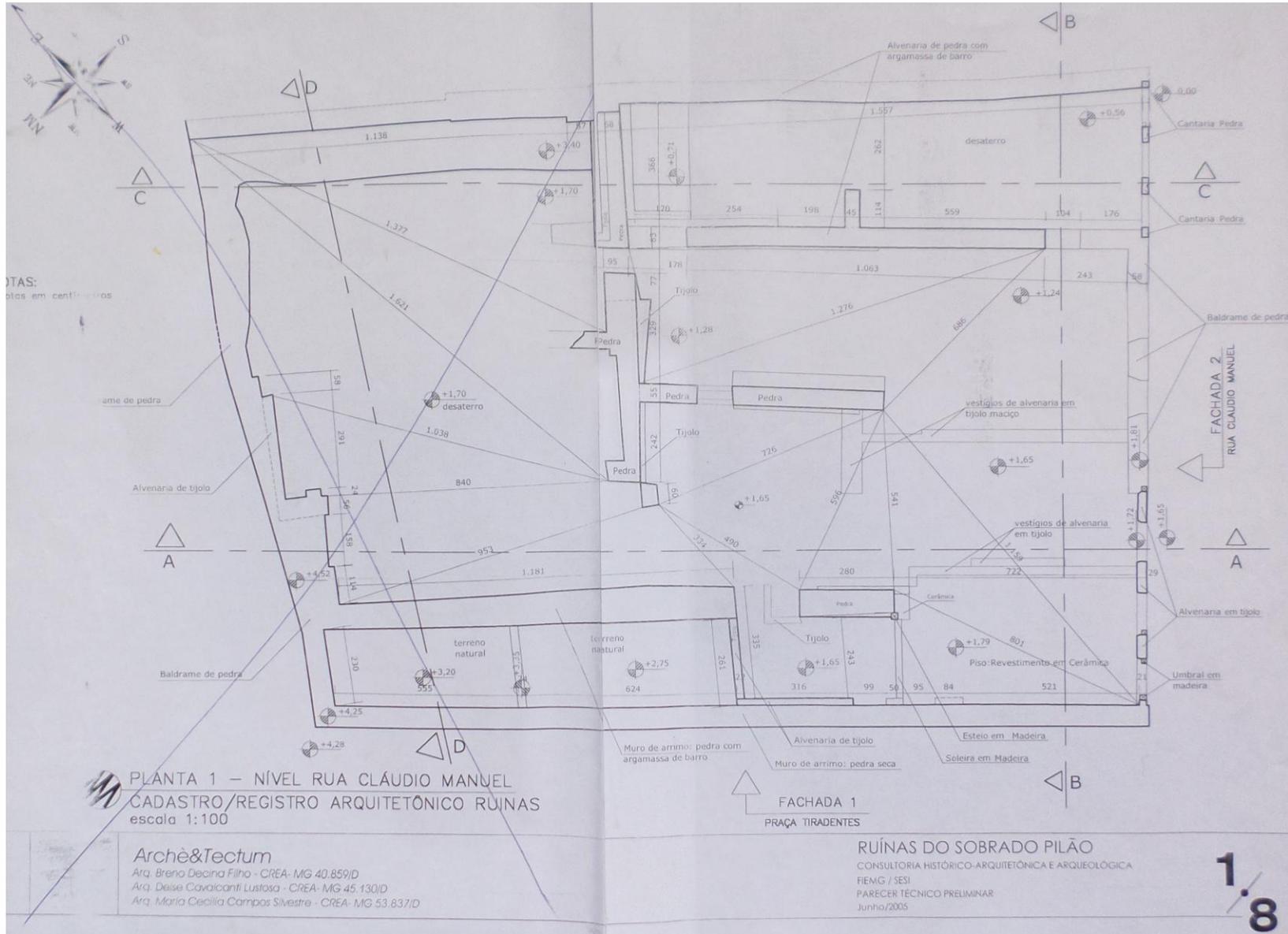


Figura 55

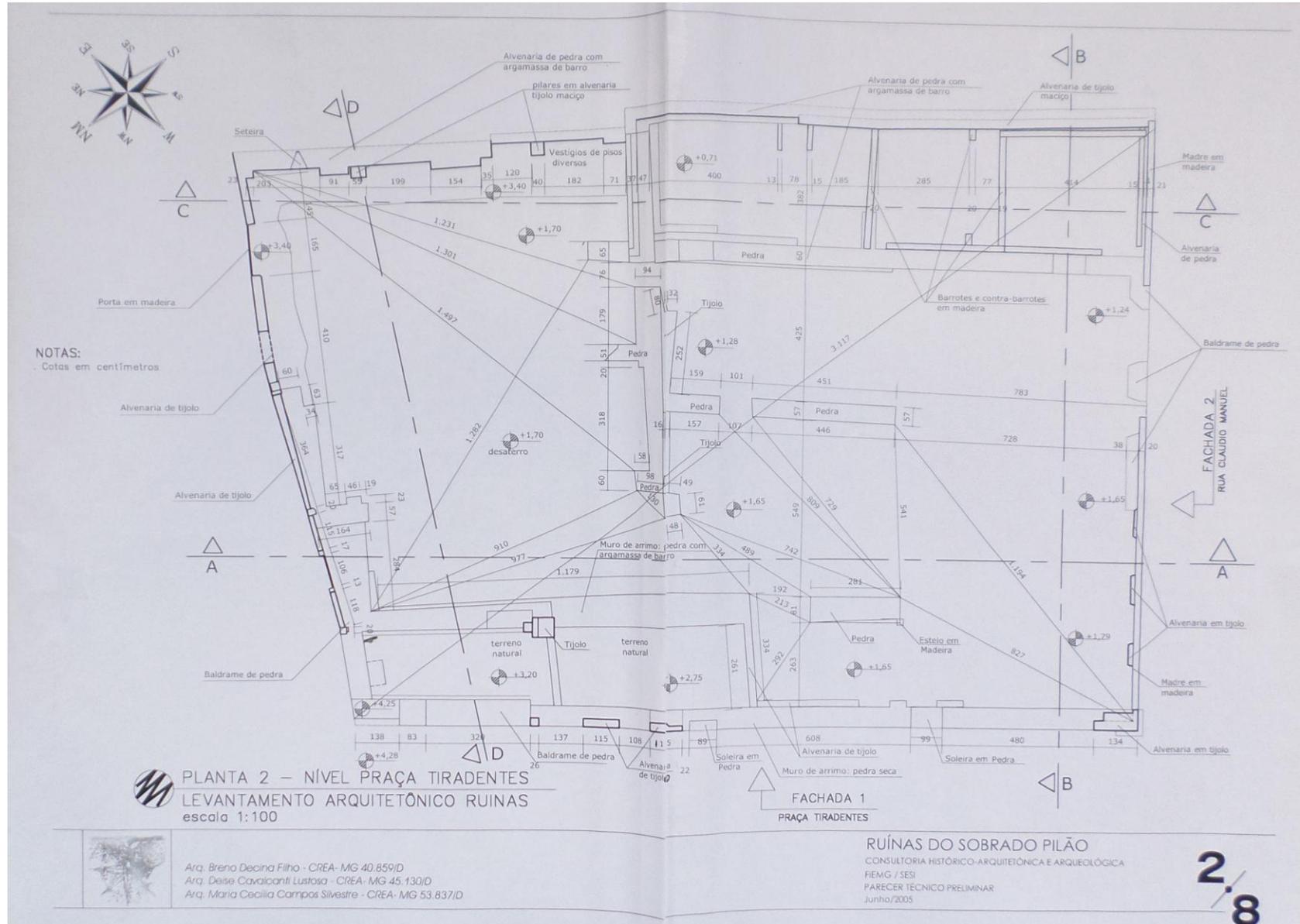


Figura 56

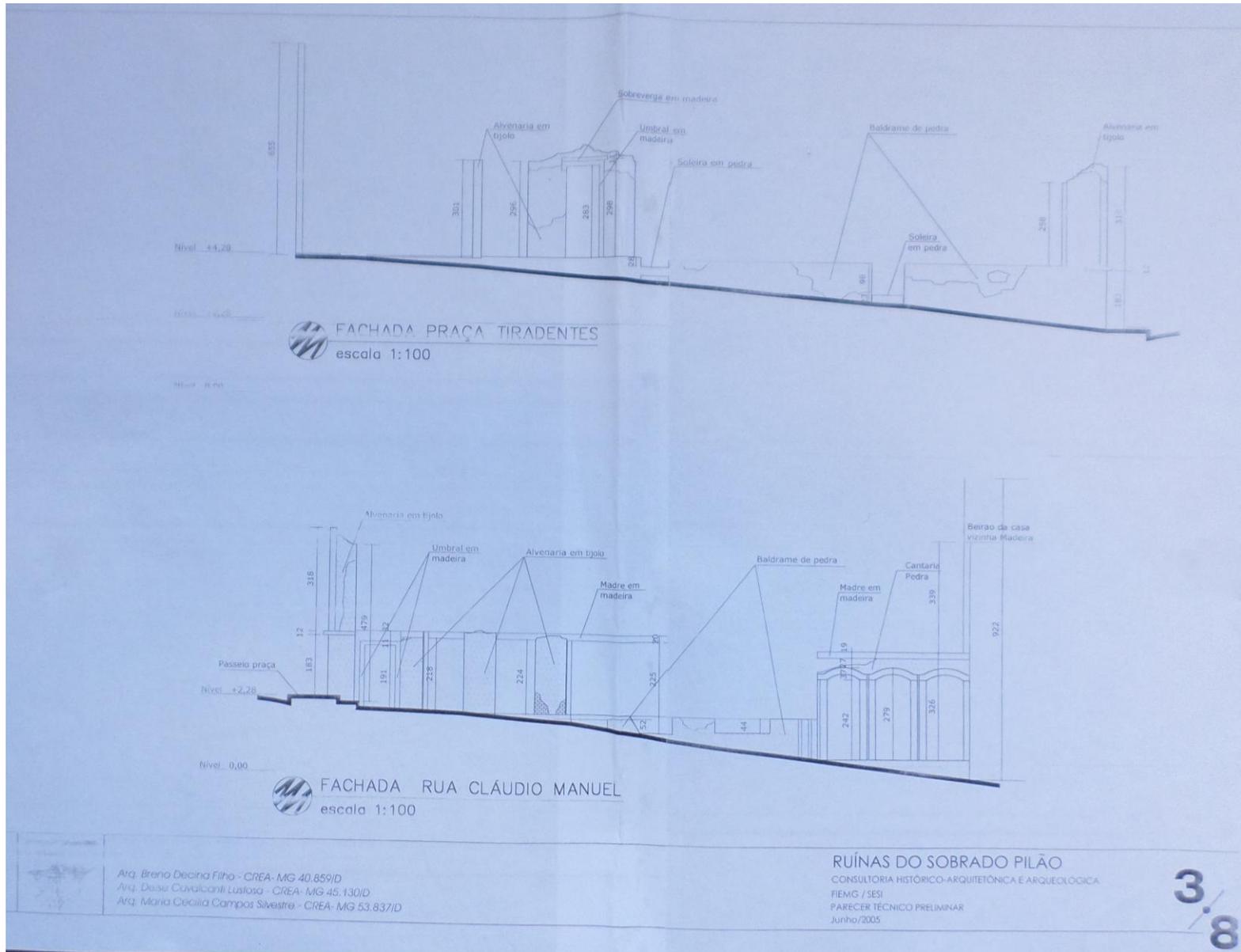


Figura 57

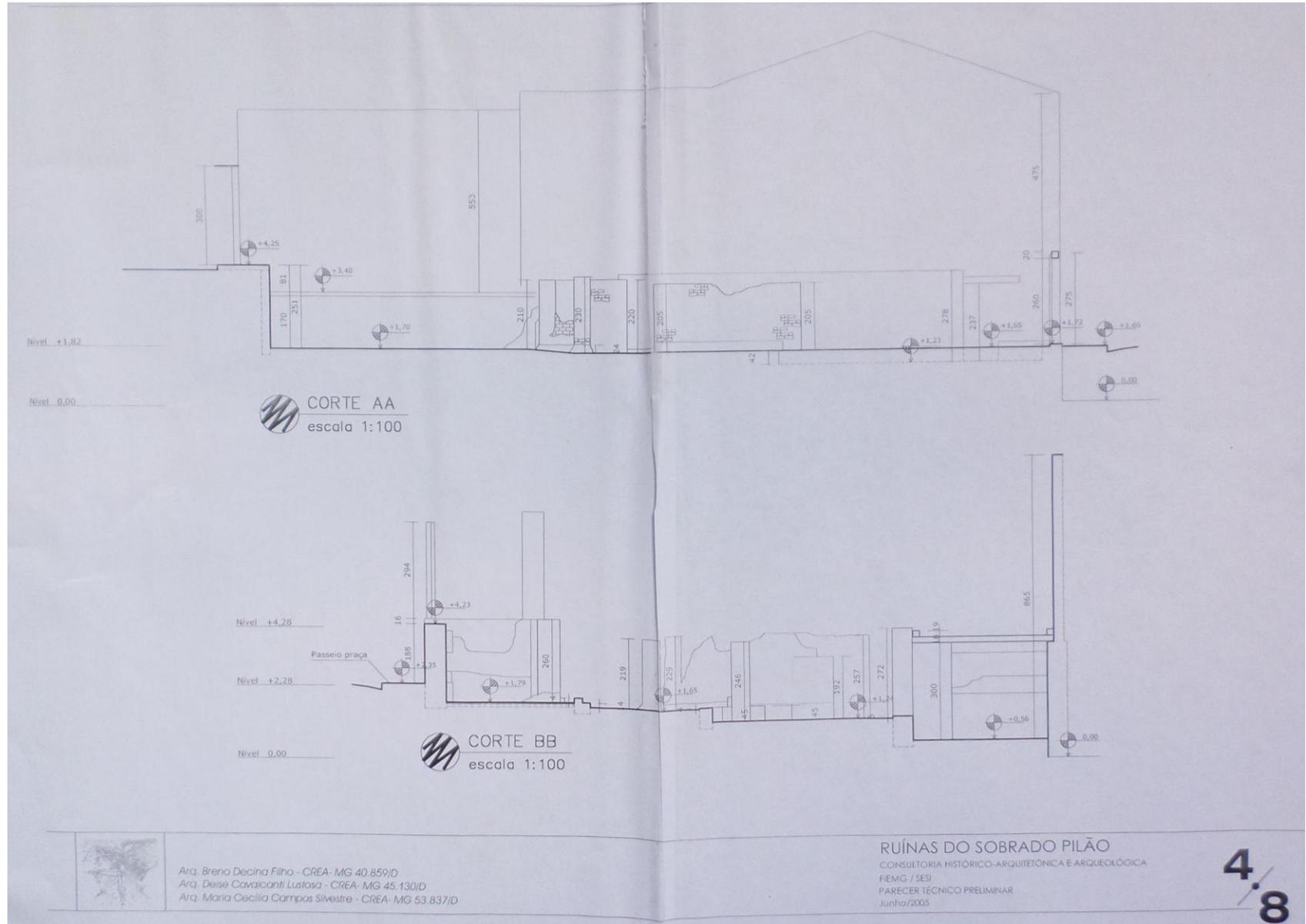


Figura 58

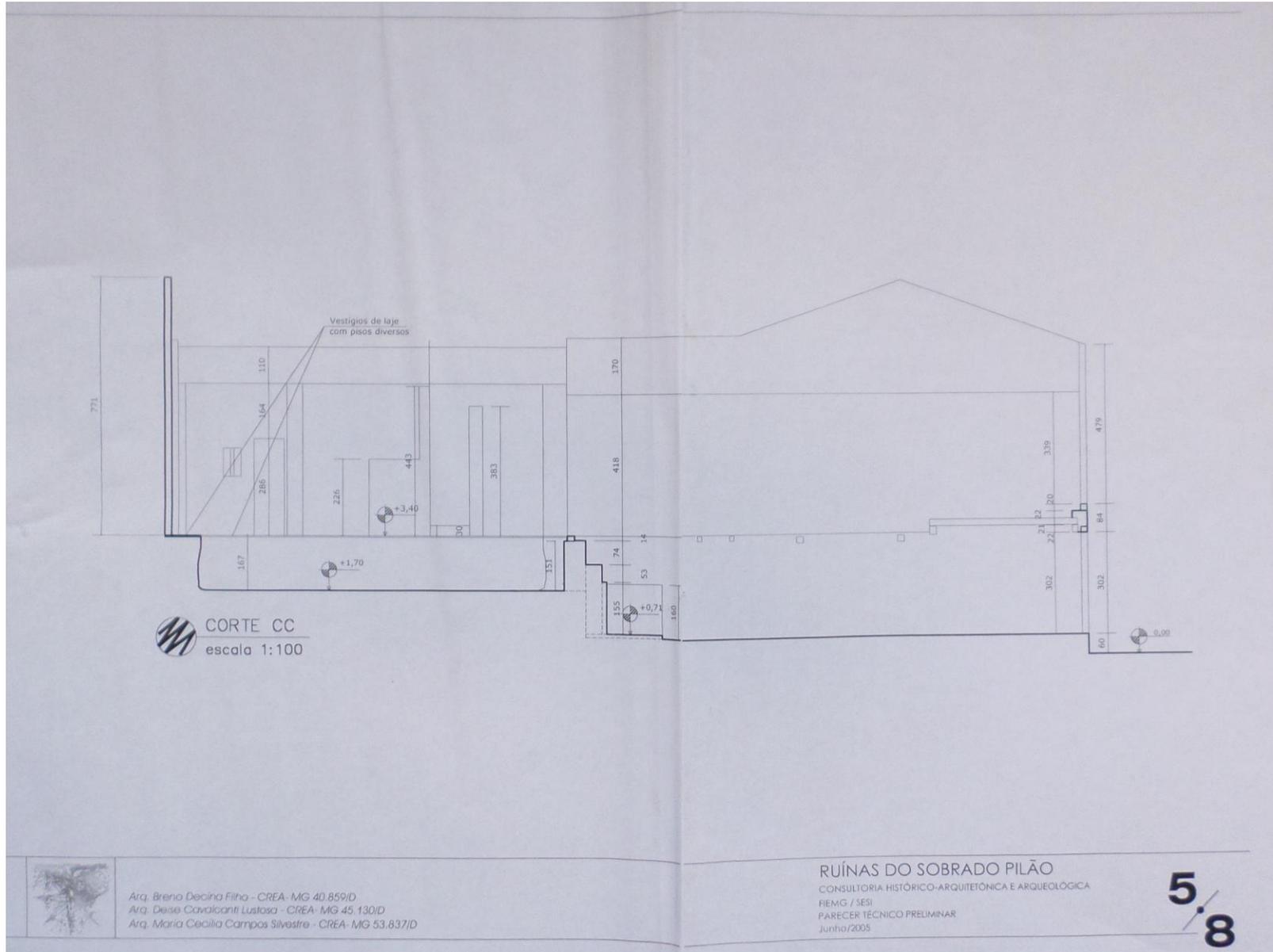


Figura 59



Figura 60

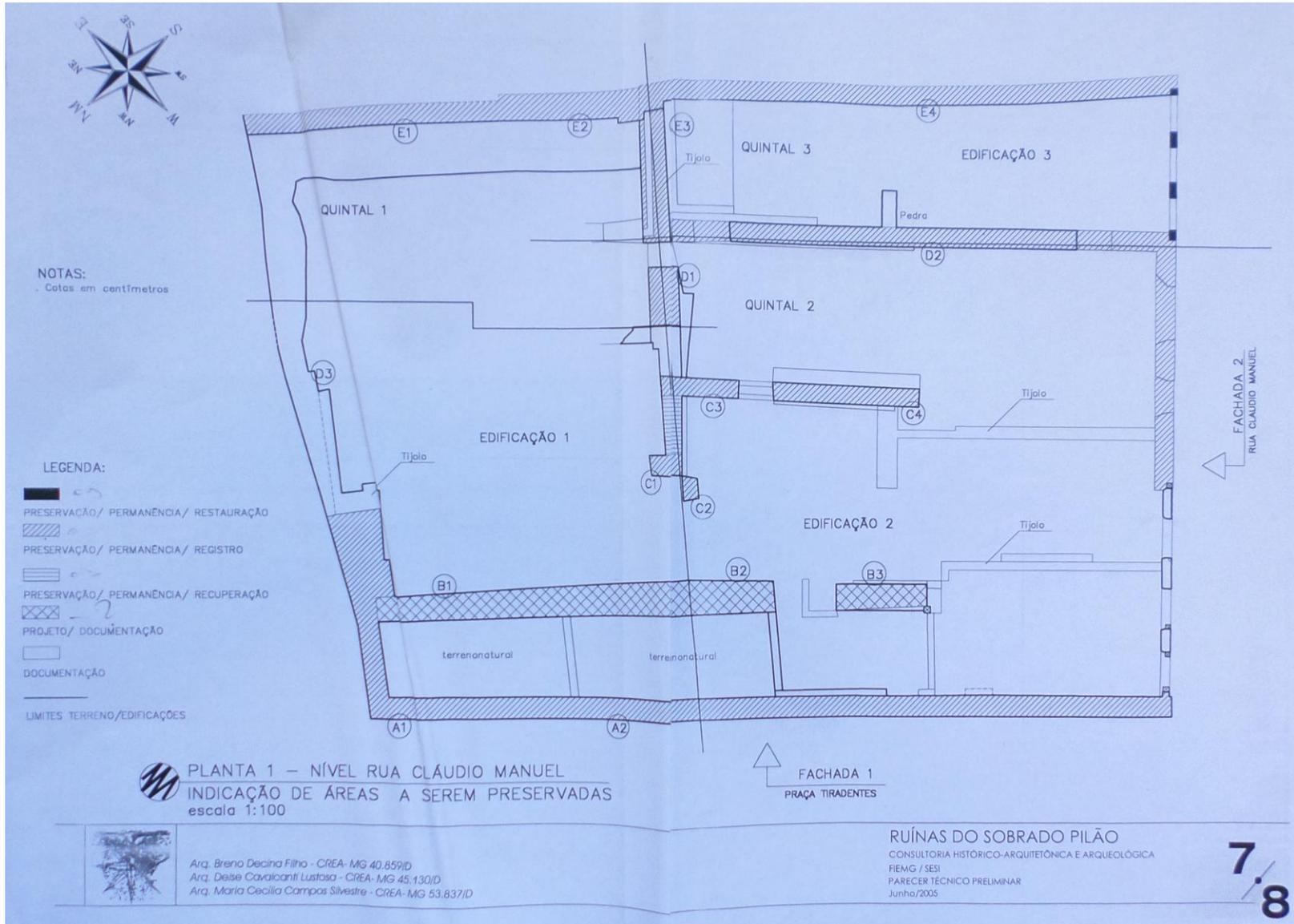


Figura 61

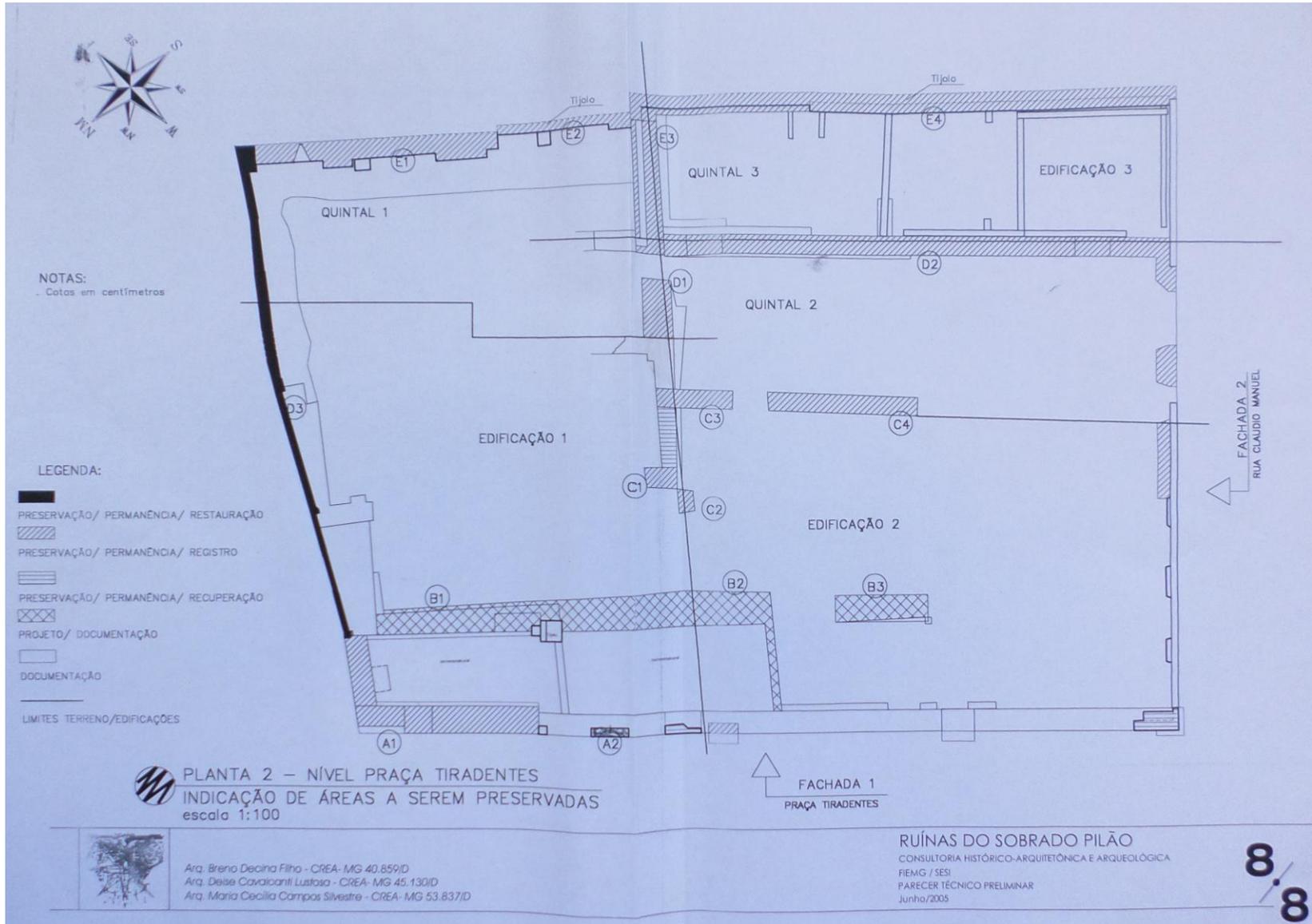


Figura 62

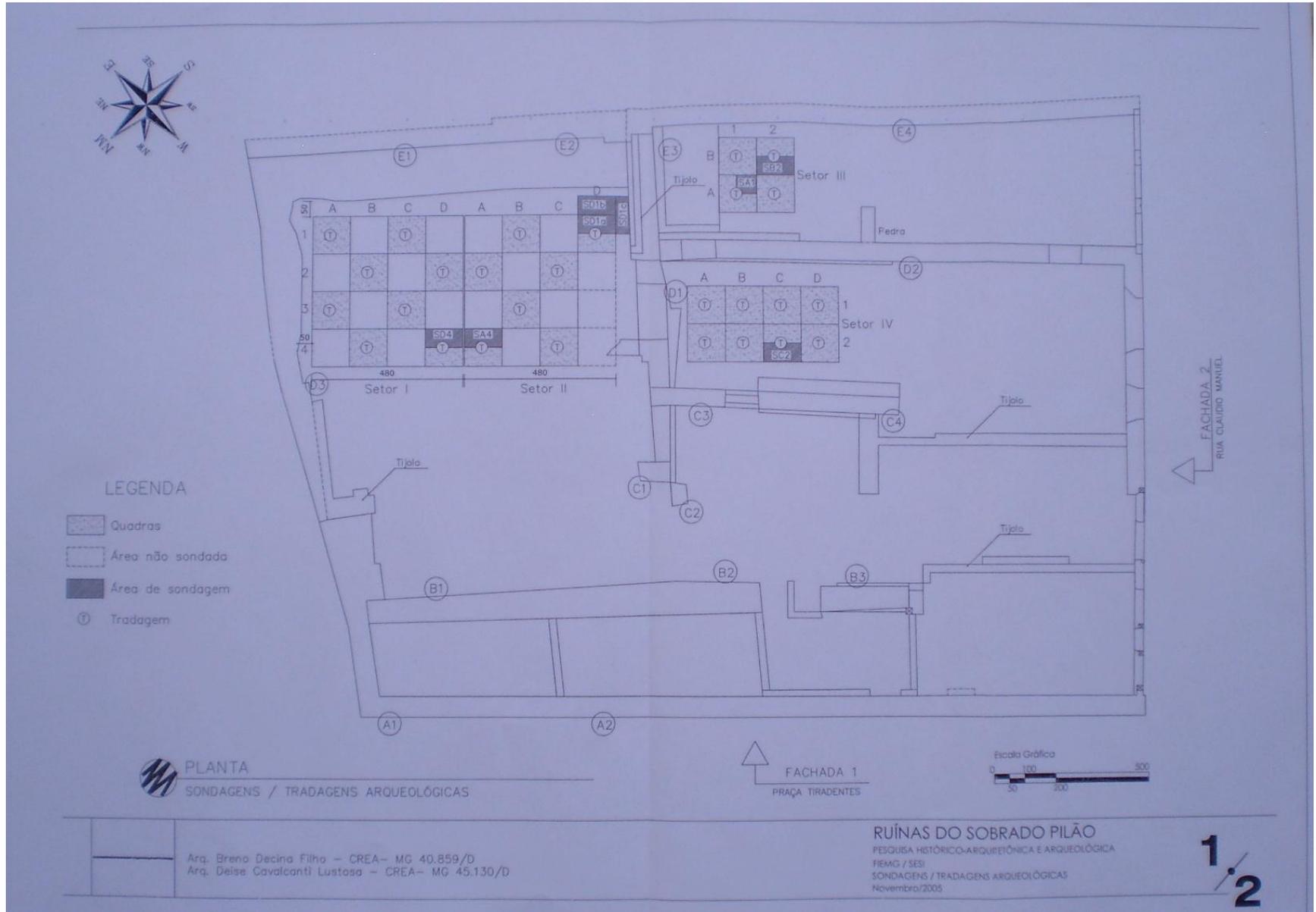


Figura 63

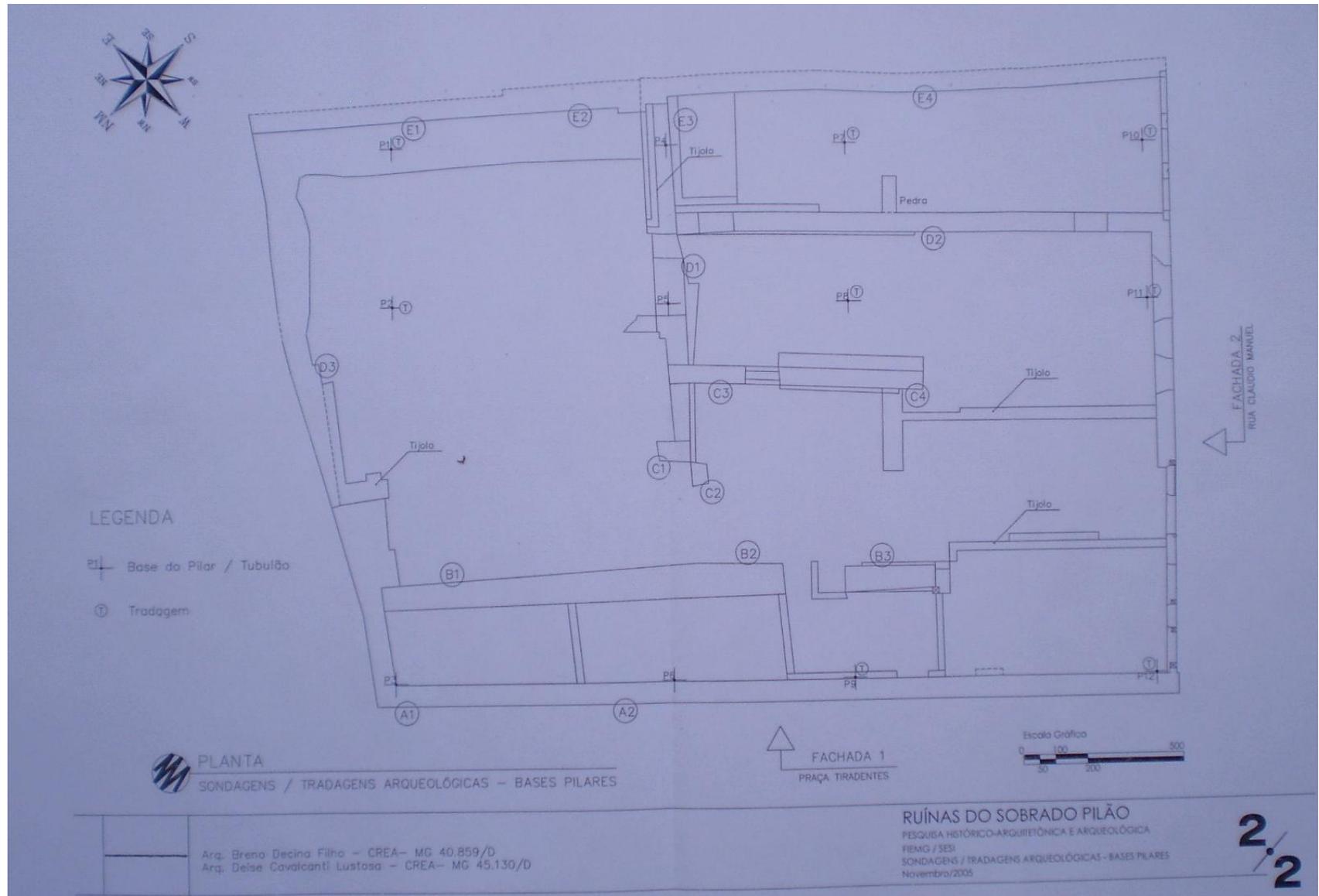


Figura 64

3 A RECONSTRUÇÃO



Figura 65 – Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

Três anos e alguns dias depois do incêndio foi inaugurado, estrategicamente em 21 de abril de 2006, dia de Tiradentes, o Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG (Fig. 65), em Ouro Preto, construído sobre as ruínas do antigo Hotel do Pilão. A iniciativa a construção deste centro envolveu esforços do Governo Estadual, como da própria Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. Foi criado um Grupo de Assessoramento Técnico – GAT onde:

Foram convocados para participarem representantes da Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/CEFET; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais/CREA; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/IEPHA; Programa Monumenta; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN. [...]

Fernando Graça era o Arquiteto responsável pelo projeto de modernização do hotel e tinha sido contratado pelo empresário proprietário; devido a isso, já existiam levantamentos e conhecimento sobre a construção antes do incêndio [...]. (DA SILVA, 2011, p. 69)

Conforme Benedito Tadeu de Oliveira (2011), chefe do IPHAN na época, esse órgão “tomou as medidas necessárias para a catalogação de todos os fragmentos dos elementos

arquitetônicos e para a preservação das ruínas e fragmentos das fachadas de valor histórico remanescentes” (DE GRAMMONT, 2006, p. 18), após isso foi decidido pelo GAT em diversas reuniões “realizadas de 20 a 30 de março de 2015” (DA SILVA, 2011, p.69), analisando diversas possibilidades práticas de intervenções e levando em conta diversas questões teóricas, a serem discutidas mais a frente nesse estudo, optou se pela reconstrução do patrimônio perdido.

3.1 Proposta Arquitetônica da Reconstrução

Conforme consta no folheto de divulgação do Centro Cultural e Turístico do Sistema FIEMG, Patrimônio nº 01, o centro foi construído para ser referencial em Ouro Preto, a sua função seria “[...] atuar como espaço receptivo, ligado à cultura, capaz de atender os milhares de turistas nacionais e estrangeiros que circulam por Ouro Preto” (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 1).

Para Robson Braga de Andrade (2005), Presidente do Sistema FIEMG, o “objetivo é criar [...] um espaço nobre que possa mostrar a pujança da região, toda sua cultura e sua história” [...] (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 2) e que esse “[...] espaço seja realmente utilizado, que tenha uma estrutura adequada ao atendimento, que seja operacional. ” (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 2). No local, também, funcionaria o escritório do circuito turístico da Estrada Real.

E mais: apesar da nova função, em perfeita sintonia com as tendências culturais administrativas do século XXI, o imóvel voltará a ter, externamente, suas antigas feições. Um gesto que irá revalorizar o patrimônio incalculável reunidos na Praça Tiradentes, [...] devolve a beleza e a harmonia ao mais famoso conjunto arquitetônico de Ouro Preto [...]. (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 3)

O arquiteto responsável pelo projeto, Fernando de Oliveira Graça (2005), explica: “O ontem e o hoje, O passado e o contemporâneo. Essa é a concepção” [...]. (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 5) “Mantivemos a harmonia da praça, com a reconstrução exata da área externa e intervenções nas áreas internas, a partir da funcionalidade” [...] (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 5) “Demos a solução necessária para as áreas internas, transformando-as em um ambiente totalmente integrado”. (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 5). Lembre-se que o arquiteto já tinha todo levantamento arquitetônico do Hotel antes do incêndio, facilitando seu trabalho.

Conforme o informativo Patrimônio nº 1 (2005) o ambiente térreo, acessado Pela Praça Tiradentes possui a gerência do Centro Cultural, o setor de informações para os turistas (Fig. 66), a sala dos guias turísticos (Fig. 66) e o espaço multiuso (Fig. 67), esse pode ser usado para palestras, exposições, exibições de filmes e cursos, entre outros.



Figura 66 – Setor de informação ao turismo e sala dos guias turísticos. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.



Figura 67 – Espaço Multiuso. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

O segundo piso se instalou o salão nobre para eventos sociais com até seiscentas pessoas (Fig. 68) e a mesa para reuniões grandes e outros eventos sociais (Fig. 69).

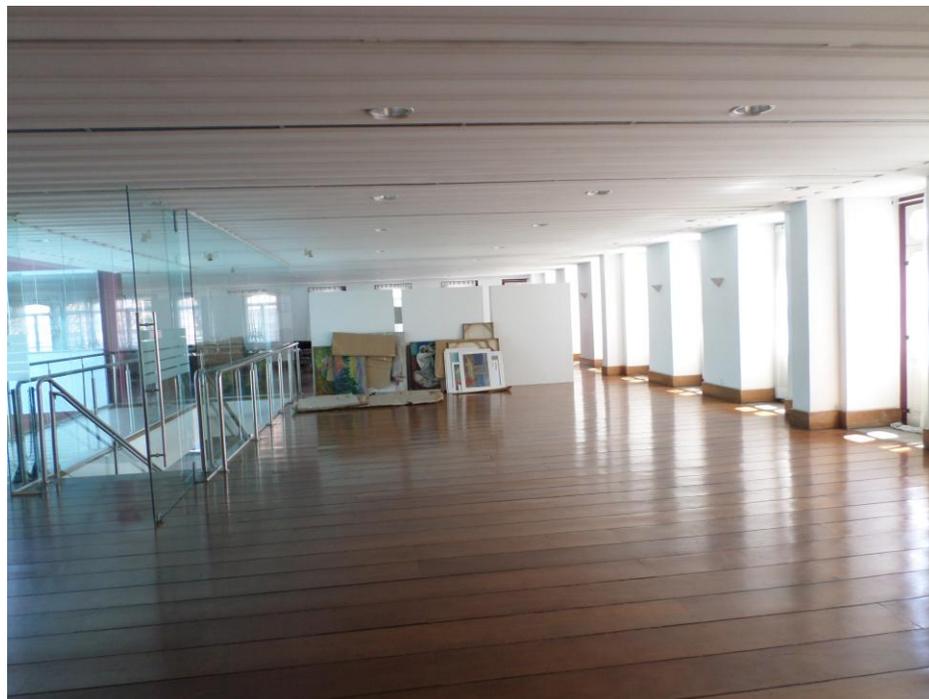


Figura 68 – Segundo piso, salão. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.



Figura 69 – Segundo piso, mesa e cadeiras. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

O subsolo, que se tem acesso pela Rua do Ouvidor, ou internamente a partir de uma escada, ou elevador do primeiro piso, nele fica o espaço do circuito turístico da Estrada Real, uma livraria (Fig. 70) e um bar-café (Fig. 71). “Tem, ainda, a cozinha própria, banheiros e uma total integração visual, possibilitada pela cúpula de vidro, no espaço que antes servia de quintal do casarão e que foi transformado em jardim de inverno” (PATRIMÔNIO N° 1, 2005, p. 5 e 6), descreve Fernando Graça (2005), e conclui que todos os três pavilhões do prédio recebem iluminação do jardim de inverno (Fig. 72), da claraboia, que fica na altura do telhado (Fig. 73).



Figura 70 – Livraria, com entrada pela Rua do Ouvidor e local de leitura sob a claraboia. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.



Figura 71 – Bar-café, com entrada pela Rua do Ouvidor e jardim de inverno sob a claraboia. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

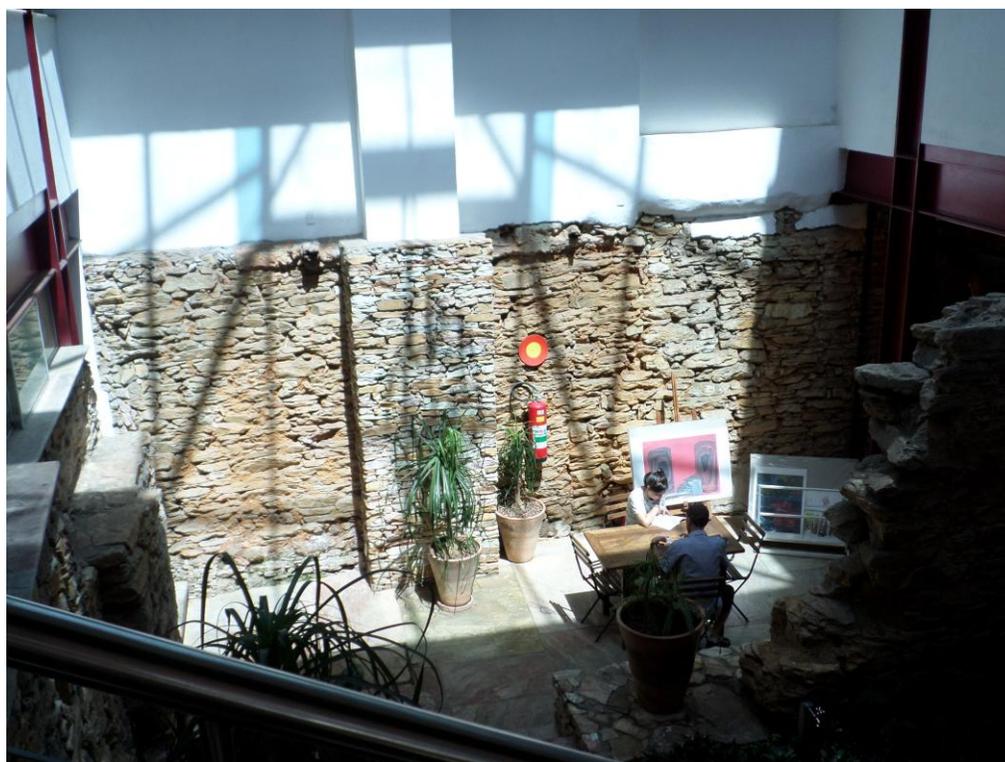


Figura 72 – Jardim de inverno com acesso a Livraria e Bar-café. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

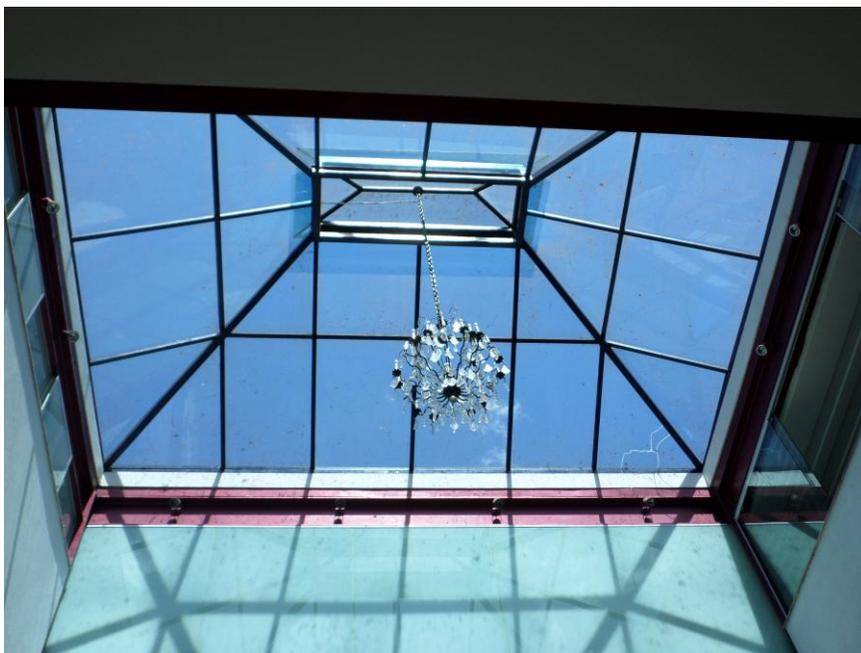


Figura 73 – Claraboia no nível do teto. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

Nesse mesmo informativo o Diretor do IPHAN, da época, o arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira comenta, aprovando, tais intervenções reconstrutivas, ele primeiro falou das ruínas identificadas e da preservação dos seus nichos do subsolo (Fig. 71, 72, 74 e 75):



Figura 74 – Ruínas preservadas no subsolo. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

Eram três casas, construídas no início do século XIX, que, no fim do mesmo século, foram reformadas e transformadas em um casarão, que acabou transformando-se no Hotel. [...] Com o trabalho arqueológico e descobertas as três edificações, foram conservadas as fundações das casas, além dos fragmentos da fachada, mantendo e documentando o sistema construtivo do período colonial. (PATRIMÔNIO Nº 1, 2005, p. 7)



Figura 75 – Ruínas preservadas no subsolo, ao fundo escritório do Circuito da Estrada Real. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

“As fundações foram preservadas. Parte delas, no interior da edificação, poderá ser vista pelo público [...], A reconstrução do prédio de três andares reproduz a facha original, quanto na dimensão quanto nas formas do telhado, das portas e janelas [...]”. (PATRIMÔNIO Nº 2, 2005, p. 6 e 7)

Segundo Vanessa Rodrigues de Freitas e Silva (2011), em sua dissertação *Patrimônio, Memória e Mercadoria*, existem algumas questões relevantes a serem identificadas (Fig. 76):

A reconstrução realizada promoveu uma releitura da volumetria da edificação antiga e dos elementos compositivos da fachada, todos similares aos da edificação destruída. Utilizou com tecnologia construtiva a estrutura metálica aliada às ruínas de alvenaria de pedra. Os materiais colocados nos elementos arquitetônicos externos como gradis, esquadilhas e cimbalhas são modernos e tiveram seu aspecto estético simplificado. (DA SILVA, 2011, p. 70)



Figura 76 – Bandeiras das portas, apenas recortadas. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

Quanto à acessibilidade (Fig. 77) na reconstrução prédio pode ser notado o elevador com acesso a todos os pisos, exceto ao café e livraria, e um banheiro masculino/feminino para pessoas com deficiência no subsolo. Por outro lado, não existem rampas de acesso a cadeirante nas calçadas e ao interior do edifício, só dá para acessar na primeira porta do primeiro piso porque, por acaso, fica no nível da calçada. Não foi notado, também, informações em Braille ou outro recurso de áudio descrição, ainda, não há pessoa que domina Libras ou com habilidades para lidar com pessoas com mobilidade reduzida.



Figura 77 – Elevador ao lado da gerência do Centro e Banheiro pra deficiente físico no subsolo. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

No segundo piso foi construído um painel educativo (Fig. 78), simulando uma parede, que demonstra as técnicas construtivas do pau-a-pique da alvenaria em tijolos cerâmicos, antiga e nova técnicas utilizadas no prédio.



Figura 78 – Painel educativo de sistemas construtivos. Fonte: Aldo Oliveira Caixeta, 2015.

3.2 Levantamento Cadastral da Proposta Arquitetônica de Reconstrução

Conforme panfleto de divulgação do Centro Cultural e Turístico de Ouro Preto, impresso pelo Serviço Social da Indústria e Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais segue, nas próximas páginas, o levantamento cadastral das partes relevantes, para estas instituições, da nova edificação:



Figura 79 – Fachada principal da Praça Tiradentes. Fonte: SESI/FIEMG, 2014.



Figura 80 – Fachada lateral da Rua Cláudio Manoel. Fonte: SESI/FIEMG, 2014.

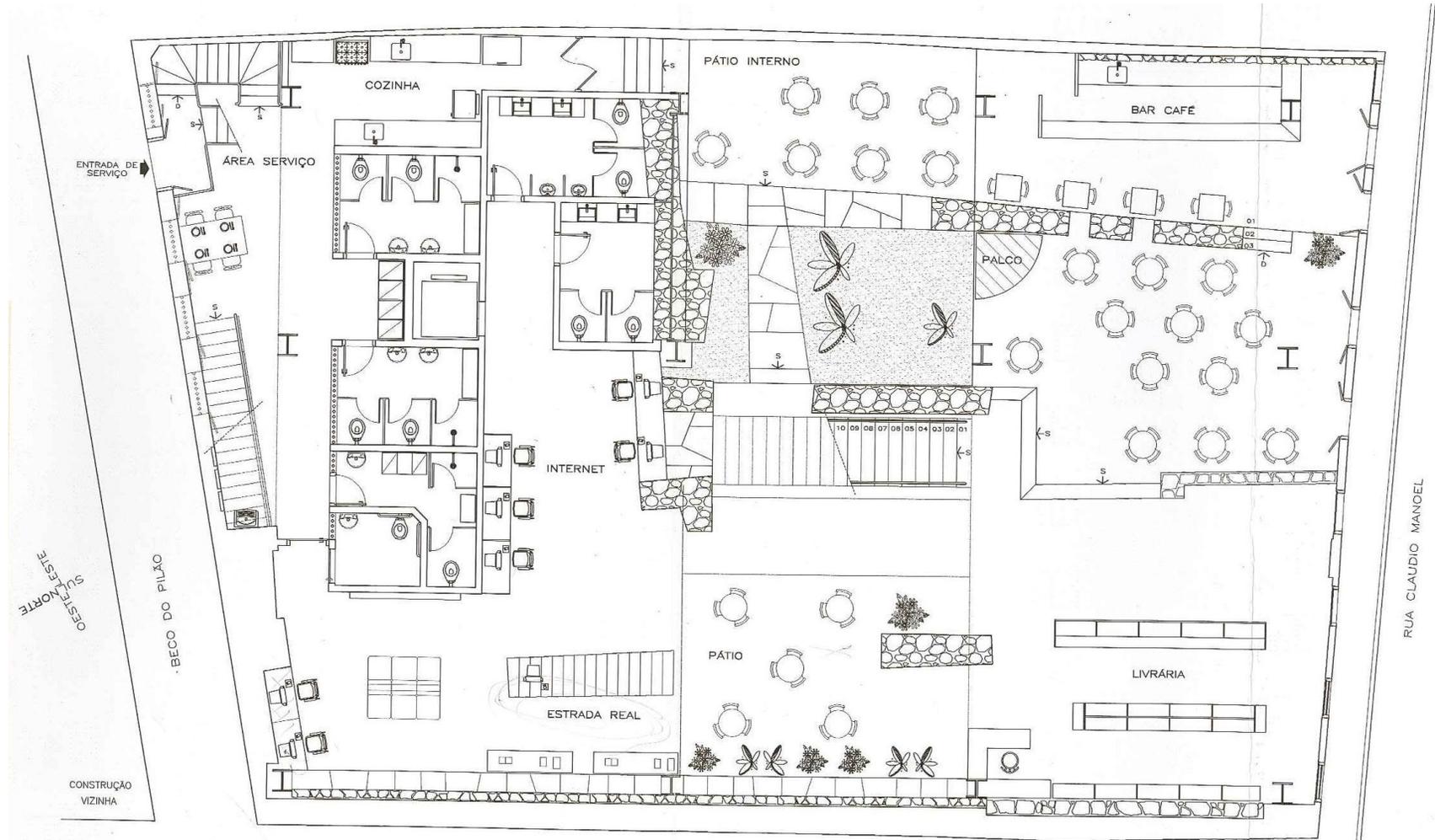


Figura 81 – Planta do Subsolo. Fonte: SESI/FIEMG, 2014.

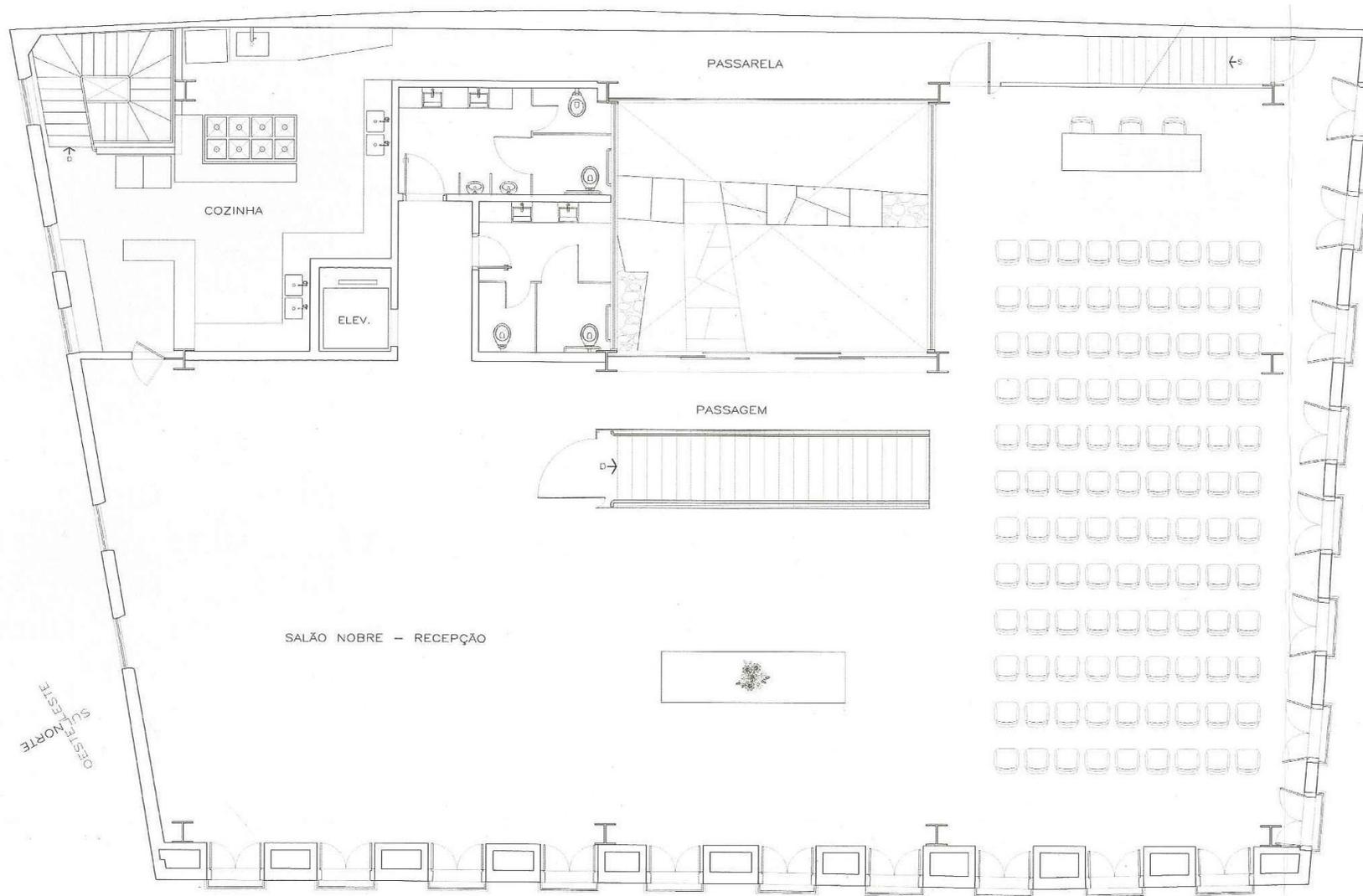


Figura 82 – Planta 2º pavimento. Fonte: SESI/FIEMG, 2014.

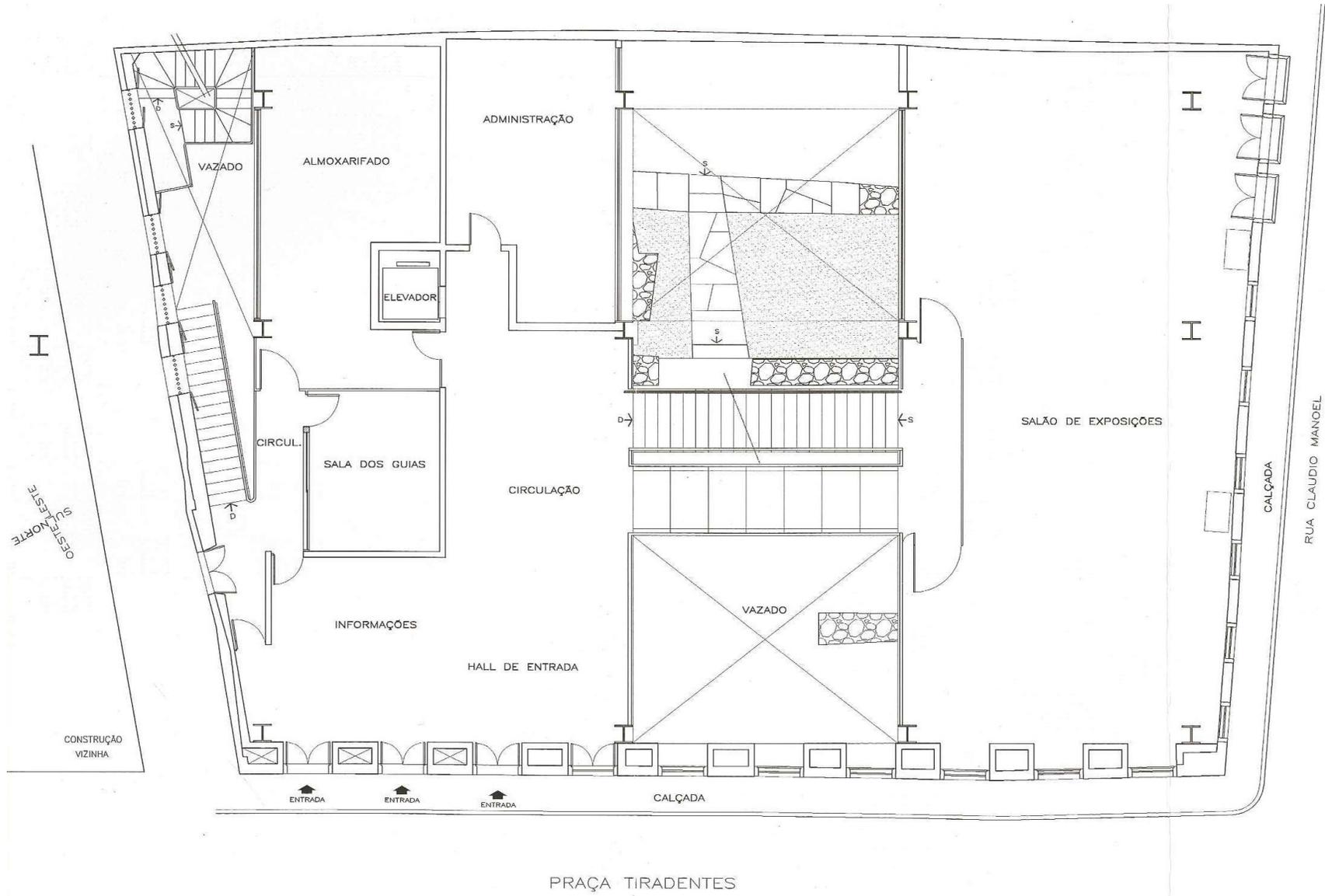


Figura 83 – Planta do 1º pavimento. Fonte: SESI/FIEMG, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Cultural, hoje, se tornou um ícone dentro do meio acadêmico da Arquitetura e da Conservação e Restauro, é sempre fonte de discussões acaloradas, claro nunca tirando sua importância como monumento e sim ampliando esse valor através de sua história e, principalmente, sobre o processo de sua reconstrução que foi e, ainda é, o propulsor de tantas polêmicas na área.

Procurando, não apenas, repetir tantas discussões, entende-se que o processo histórico do Hotel do Pilão pode ser inserido dentro da visão das teorias de restauro, entrando-se nos méritos dos precursores das teorias do restauro como de um já mais inserido na modernidade, abordando, em si, os cinco teóricos mais evidenciados no Curso de Conservação e Restauro, sendo eles John Ruskin (1818 – 1900), Viollet-le-Duc (1814 – 1879), Camillo Boito (1835 – 1914), Alois Rielg (1858 – 1905) e Cesare Brandi (1906 – 1988). Os teóricos mais contemporâneos não serão incluídos por crer, devidas suas concepções complexas e ainda em diálogos acadêmicos, dignos de uma dissertação além da graduação.

Nos primórdios não se existia a noção de se restaurar um monumento histórico, mas com o movimento Renascentista (Itália – século XIV e XV), esse veio reviver o estilo Clássico Greco-Romano, assim se separava certos itens que preservava algum testemunho dessa época Antiga, com intuito mais manter um acervo colecionista, arqueológico, que não tinha um valor histórico em si, mas apenas valorizando suas questões de utilidade.

A discussão ficou sem interesse até meados do século XVIII, quando do Movimento Neoclássico volta-se novamente para o período Clássico e do próprio Renascimento, onde as escavações arqueológicas da Grécia e Itália desenvolviam o maior interesse.

Com a Revolução Francesa (1789), que acarretou grande destruição na França e seus monumentos, houve necessidade de adotar alguns critérios para intervenções nesses prédios. Posteriormente toda Europa se contaminou com essas práticas intervencionistas.

A elaboração de uma teoria de restauro se deu ao longo do século XIX, tendo como seus precursores Viollet-le-Duc e John Ruskin. Desenvolvendo as ideias destes dois surge Camillo Boito, de extrema importância para sistematização dos processos de restauração. Outro de grande

importância foi Alöis Rielg que aplicou uma análise crítica na noção de monumento histórico. Por último, já consolidando as teorias no século XX, principalmente pela convulsão e destruição das duas grandes guerras, vem Cesare Brandi que é o ícone mais consultado para justificar um processo restaurador na contemporaneidade.

Começando por um dos precursores do restauro está o inglês Jonh Ruskin (1819 – 1900), ele foi o maior crítico das grandes mudanças refletidas pela Revolução Industrial na Inglaterra Vitoriana, era defensor da restauração romântica, em sua obra *As Setes Lâmpadas da Arquitetura* (1849) subdivide o assunto da própria citada, a que se refere ao assunto de edifícios antigos da restauração está *A lâmpada da Memória*. Toda sua teoria era voltada para idade do monumento, para ele somente o tempo iria destacar se aquele edifício era digno de se tornar referência para demarcação de seu tempo, se tornando insubstituível ou intocável. Assim, o edifício deveria seguir naturalmente seu processo de envelhecimento, então apenas seriam toleradas pequenas intervenções para evitar a destruição total do edifício.

É naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz, a cor e o valor da arquitetura; e somente quando um edifício tiver assumido esse caráter – apenas imbuído da fama dos homens, e se santificado pelos seus feitos; apenas quando suas paredes tiverem presenciado o sofrimento, e seus pilares acenderem da sombra da morte – sua existência, mais duradoura do que a dos objetos naturais do mundo ao seu redor, poderá ser agraciada com os mesmos dons de linguagem e de vida que possuem. (Ruskin, 2013, p. 68)

A citação acima foi justamente escolhida pela própria marca do tempo imbuída ao Pilão, pois mesmo que o fogo seja um processo instantâneo de arruinamento, como visto em capítulos atrás, ele continua sendo uma marca do seu tempo, e o que dele sobreviveu e continua vivo em toda sua resistência sobre suas profundas feridas. Então para Ruskin somente isso deveria ser preservado, com a mínima intervenção, apenas para consolidá-lo e permanesse demarcando a grandiosidade do seu passado. No máximo criar um espaço para a contemplação das ruínas, mesmo com eventos que não as ultrajaste.

Bom, devemos considerar que partes da ruína do prédio ficaram preservadas em seu interior, mas sobre uma deliberada limpeza e maquiada como própria decoração do local, citando, ainda, as paredes que foram completadas para dar a mesma volumetria do prédio, escondendo

mais as ruínas que as evidenciando, podendo, ainda, falar, conforme declarações de locais, que foi retirada muitas ruínas do interior para se adequar o espaço ao projeto.

Por falar em volumetria do edifício essa merece devida atenção citando outro precursor francês, antagônico a Ruskin, o arquiteto, burguês engajado em várias vertentes da cultura, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879): “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode ter existido nunca em um dado momento”, verbete que originou o livro *Restauração* (2013, p. 29). Fica claro que tirando as ruínas mantidas em seu interior o prédio foi restabelecido de uma forma que nunca dantes, em sua história tinha o novo partido utilizado, e que o exterior, apesar de seguir a volumetria original, mostra-se totalmente novo e melhorado em seus acabamentos, deixando inclusive, onde se tem as partes originais, desatacadas bem discretamente. Mas se tratando de le-Duc, talvez tenha sido dos males o menor, quem sabe, se seguisse suas teorias se poderia restabelecer as três primeiras casas que existiram no local, desconsiderando toda a história do prédio, comumente como ele fazia, pois defendia o restauro estilístico das obras.

Fazendo uma intermediação da escola de restauração francesa e inglesa surge um italiano Camilo Boito (1835 – 1914), grande intelectual de seu tempo, que assessorando o governo italiano este estabeleceu leis que direcionavam para um cerne mais consistente para questões de restaurações, considerando toda a história da obra.

O governo italiano estabeleceu a lei para a conservação dos monumentos e dos objetos de antiguidade e arte, seguindo as normas e conselhos estabelecidos por Boito. Como aspectos mais relevantes, salientam-se os seguintes: (a) deverão limitar-se as intervenções ao mínimo possível, mas caso se executem têm de ser bem identificadas; (b) deverá ser visível a diferença entre as partes antigas e as novas; (c) deverá ser visível a diferença entre os materiais modernos e os originais aplicados nas diversas obras; (d) as partes que foram eliminadas, deverão ser expostas num lugar próximo ao monumento restaurados; (e) deverá ser feito o registro da intervenção acompanhada de fotografias das diversas fases dos trabalhos, colocadas no próprio monumento num lugar público próximo; (f) deve-se assinalar ou gravar a data da execução das intervenções no edifício numa epigrafe descritiva de actuação. (Luso; Lourenço; Almeida, 2017, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2554>)

Aplicando essas regras sobre reconstrução do Centro Cultural, seguindo a mesma sequência alfabética: (a) a intervenção foi ao máximo possível, se fosse considerar essa regra se consolidava as ruínas e as deixariam por ali, claro que se poderia fazer um projeto que daria funcionalidade ao local; (b) as diferença das ruínas e da reconstrução ficaram bem discretas no

seu interior, parecendo uma decoração, no exterior não é identificável, a menos que alguém já conheça a história do processo de reconstrução para indicar a linha que separam as duas; (c) o material utilizados se repete quase a mesma percepção, por dentro está muito bem identificado apesar de deixar as partes originais mais como adereços do que como a alegoria de seu passado, no exterior, a percepção é totalmente igual, um volume único e uniforme; (d) o que foi retirado da ruína para a reconstrução, ‘dizem’ que foram muitas coisas, não se sabe para onde foi ou se foram descartados, agora quanto à parte arqueológica houve todo um trabalho de pesquisa e catalogação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (conforme final do item 2.3 desta pesquisa) e se encontram em sua sede; (e) quanto ao registro do processo de reconstrução existem materiais didáticos bem superficiais que engrandecem bastante a relevância do prédio, como merecido, mas se esquecem do restante. Mesmo o material, que eu consegui pesquisar, muito completo, está guardado a sete chaves no IPHAN, foi preciso de uma autorização da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, que demorou quase um ano para ser deferida; (f) existem placas de indicações sobre o prédio, talvez um pouco discretas que não chamam a atenção para leitura.

Outro teórico que veio a sistematizar os prólogos da restauração foi o historiador Aloís Rielg (1858 – 1905), que, com sua experiência, veio analisar, criticamente, o que seria um patrimônio histórico e os atributos que estes teriam para serem abalizados como tais e, a partir de aí poder realizar uma interferência mais apropriada neles.

Abaixo segue uma tabela do artigo *Novos Usos e Acessibilidades. O Caso do Hotel Pilão de Ouro Preto, MG, Brasil*, apresentado no *XI Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* pelas pesquisadoras N. R. de Melo e R.T.M. Ribeiro que está disponível em <<http://docplayer.com.br/5081912-Novos-usos-e-acessibilidade-o-caso-do-hotel-pilao-de-ouro-preto-mg-brasil.html>> e foi acessado em 20 de agosto de 2017. Ela descreve o pensamento positivista de Rielg sobre o patrimônio e o nível de intervenção possível:

OS VALORES DOS MONUMENTOS		GRAUS DE INTERVENÇÃO	
Valores Rememorativos	Valor de Antiguidade	Não permite intervenções	
	Valor Histórico	Permite ações de conservação	
	Valor Rememorativo Intencionado	Fundamental: restauração	
Valores de Contemporaneidade	Valor Instrumental	Fundamental: restauração	
	Valor Artístico	De Novidade	Fundamental: restauração
		Relativo	Se positivo: restauração Se negativo: não intervenção

Analisando o Pilão por essa tabela, vamos fazer isso em três tempos, o Hotel, a Ruína e o Centro Cultural.

O Hotel tinha valores rememorativos de:

- Antiguidade (prédio muito antigo);
- Histórico (fazia parte da formação urbana da cidade a partir da consolidação da Vila Rica no cume do morro de Santa Quitéria);
- Não tinha valor rememorativo intencional (não foi construído para ser um patrimônio).

Tinha, também, valores de contemporaneidade de:

- Instrumental (funcionava com um hotel e comércios);
- Artístico Relativo (representava uma arquitetura barroca tardia com intervenções neoclássicas/ecléticas, como a maioria das casas da Praça Tiradentes).

A Ruína tinha valores rememorativos de:

- Antiguidade (ruína de um prédio muito antigo);
- Histórico (ruína de um prédio que fazia parte da formação urbana da cidade a partir da consolidação da Vila Rica no cume do morro de Santa Quitéria);
- Não tinha valor rememorativo intencional (o incêndio não foi deliberado).

Tinha, também, valores de contemporaneidade de:

- Artístico de novidade (se tornou notícia nacional, inclusive sobre o que seria feito após o incêndio);
- Artístico Relativo (ruína de um prédio que representava uma arquitetura barroca tardia com intervenções neoclássicas/ecléticas, como a maioria das casas da Praça Tiradentes);
- Não tinha valor instrumental (no momento não podia utilizá-lo para nada).

O Centro Cultural tem valores rememorativos de:

- Antiguidade (possui partes de um prédio muito antigo);
- Histórico (possui partes de um prédio que fazia parte da formação urbana da cidade a partir da consolidação da Vila Rica no cume do morro de Santa Quitéria);
- Intencional (foi reconstruído para continuar a ser considerado um patrimônio).

O Centro Cultural tem valores de contemporaneidade de:

- Instrumental (funcional o Centro Cultural da FIEMG);
- Artístico de Novidade (novo prédio reconstruído sobre as ruínas de um prédio antigo, que será reconhecido como patrimônio);
- Artístico Relativo (novo prédio reconstruído sobre as ruínas de um prédio antigo, que será reconhecido como patrimônio).

Reconstruído o prédio fica mais evidente o seu “Valor de Contemporaneidade”, principalmente o “Valor Artístico Relativo”, pois é um prédio novo, já construído para ser um patrimônio histórico, que com o tempo acontecerá.

Em cada tempo, do imóvel, verificado, observa-se que o ‘Grau de Intervenção’ não se coincide criteriosamente com os tipos de valores Rielguilianos encontrados, por isso o restauro precisava de novas soluções que foram postas em discussão por outro grande teórico, pertencente já à modernidade, Cesare Brandi (1906 – 1988).

Brandi, hoje, indubitavelmente é o teórico mais citado e recorrido para justificar uma intervenção de restauração arquitetônica, mas suas ideias já se evidenciavam com a eclosão e findo de duas grandes guerras, em que houve grande destruição das cidades europeias se necessitando de rever a proposta de mínima intervenção nos patrimônios, nascendo daí o restauro crítico.

Para Brandi “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas para sua transmissão para p futuro” (BRANDI, 2013, p. 30). Tal afirmação coloca imprescindível a percepção da estética da obra, superando a mesma a histórica, quando necessário, já que seria isso o que realmente faz a diferença de uma obra de arte sobre os outros objetos criados pelo homem.

A teoria de Brandi se estabelece sobre dois axiomas, sendo eles:

1º axioma: “restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 2012, p. 31). Somente pode se restaurar uma obra de arte a partir daquilo que se pode ver, do que a matéria pode mostrar, não da estética que torna o objeto uma obra de arte, posto que isso seja somente uma ação mental impossível de se intervir, não fazendo isso corre se o risco de se reconstruir, somente, simulações vazias;

2º axioma: “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.” (BRANDI, 2013, p. 33) A realidade histórica do objeto quanto à artística sempre devem se restabelecidos dentro do seu potencial, nunca deve se acrescentar ou retirar nada, indo inclusive contra a ideia de potencial de restauro estilístico de Viollete-le-Duc.

Isso mostra que Brandi sempre da relevância maior na questão artística e posteriormente na histórica, para isso ainda define mais três princípios fundamentais:

1º. “[...] a integração deverá ser sempre facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha infringir a própria unidade que se visa a reconstruir.” (BRANDI, 2013, p. 47)

2º. “[...] à matéria que resulta a imagem, que é substituível só quando colaborar diretamente para a figuratividade da imagem como aspecto e não para aquilo que é estrutura.” (BRANDI, 2013, p. 48)

3º. “[...] que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas antes facilite as intervenções futuras.” (BRANDI, 2013, p. 48)

O primeiro e o terceiro princípio se referem, exatamente, a questão da distinguibilidade e reversibilidade, questões já pensadas antes por outros teóricos como Boito. O segundo é uma questão fundamental para o período pós-guerra, que é poder interferir mais drasticamente nas estruturas dos edifícios, desde que não alterassem sua estética.

A partir desses seguimentos sobre restauração, Brandi abria uma proposição para um dos maiores problemas das intervenções que seria a reintegração de lacunas, pois na restauração a partir da análise da obra de arte, o restauro crítico, a própria obra indicaria, através de seus aspectos artísticos e históricos, como isso poderia ser feito de melhor forma possível, adotando uma metodologia específica, inclusive usando a psicologia da Gestalt (teoria da forma). Na realidade ele não resolveu o problema, e sim deixou a questão como aberta, para cada caso em questão. “Por isso o problema da lacuna permanece sempre aberto”. (BRANDI, 2013, p. 47)

Aplicando essas teorias às ruínas do Pilão, fica explícito o que foi feito, foi realmente, uma reconstrução, posto que a matéria do prédio se esvaiu na carbonização. E como foi feito mesmo tentando manter uma linha de distinguibilidade a partir de onde se começou a reconstruir, o prédio se mostra como um falso artístico, até mesmo de perto a linha de distinguibilidade não aparece, pelos menos nas fachadas, e como também não dá para perceber de qual matéria que foi reconstruído se evolui para um falso histórico, também. Na parte interna onde se mostra as partes das ruínas que sobrara e que os materiais da construção moderna aparecem, essa impressão fica

mais moderada, pois a distinguibilidade fica mais evidente. Quanto ao processo de reversibilidade esse praticamente se tornou impossível, o prédio foi feito de forma compacta.

O que se pode levar em consideração foi o preenchimento da lacuna existente na Praça Tiradentes, que foi restituída com louvor, poupando o grande espaço vazio na coerente urbanização setecentista.

Como podemos ver, pensando o Centro Cultural pelas teorias de restauro, temos pontos positivos e negativos, por hora pode parecer que os pontos negativos foram mais perceptíveis, mas talvez com algumas pequenas intervenções no prédio, considerando toda sua história, poderiam abrandar esses pontos. O ponto mais negativo percebido, pela maioria nessas considerações finais, foi à questão da distinguibilidade, o que realmente é o Hotel do Pilão e o que é o Centro Cultural. Talvez apenas uma pintura diferenciada entre os dois, seguindo a linha de distinguibilidade e algumas placas de identificação, bem distribuídas estrategicamente, poderia amenizar o fato.

BIBLIOGRAFIA

APM – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Guia de Fundos e Coleções**. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colectoes/brtacervo.php?cid=2>. Acesso em: 28 nov. 2014.

BARBOSA, Ana Aparecida. **Cidade e Habitação em Minas nos Séculos XVIII - XIX**, São Carlos, 2004. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos USP).

BLOGGER. **Visita à Ouro Preto MG**: Disponível em: <<http://periodoop.blogspot.com.br/2013/06/grupo-guilherme-matheus-ragner-samara.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: Dores de Crescimento de Uma Sociedade Colonial**. Tradução Nair de Lacerda. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

BRANT, Francisco de Assis Alves. **São João Del Rei: Ouro, Guerra e Fé no Rio das Mortes**.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2009 (Série Minas do Ouro: Vilas da Estrada Real).

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Memorial Histórico e Político da Câmara Municipal de Ouro Preto**. Ouro Preto: Cor & Cor Editorial, 2004, p. 8, apud PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – IPAC**. Ouro Preto. 2012.

CENTRO CULTURAL LUSO BRASILEIRO. **...e Assim Nasceu Ouro Preto**. Disponível em: <<http://cclbdobrasil.blogspot.com.br/2011/07/ouro-preto-origem-wikipedia.html>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

CHERLY. **Vista Área de Ouro Preto – MG**. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/cherly_df/8202655019/> Acesso: 28 nov. 2014.

DA SILVA, Vanessa Regina Freitas. **Patrimônio Memória e Mercadoria: Uma Reconstrução Arquitetônica em Ouro Preto, Minas Gerais**. Pelotas, 2011. (Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL).

DE GRAMMONT, Anna Maria. **Hotel Pilão: Um Incêndio no Coração de Ouro Preto**. São Paulo: Ed. Do Autor, 2006.

DESCUBRAMINAS.COM. **Destinos: Ouro Preto**. Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=2&cod_atrativo=3284>. Acesso em: 28 nov. 2014.

EMBARROCANDO MOUNTAIN BIKE CLUB. **Mariana - Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas (Ouro Preto)**. Disponível em:

<<http://embarrocando.blogspot.com.br/2012/09/parque-municipal-cachoeira-das.html>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **Morro da Queimada:** Ouro Preto – Minas Gerais / Brasil. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/cartografias.php>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

GODOY, Rafael Gontijo de. **Vila Rica por Armand Julien Pallière.** Disponível em: <<http://rafaelflaneur.wordpress.com/2010/03/19/vila-rica-por-armand-julien-palliere/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas Chilenas.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/cartas/index28.html>. Acesso em: 28 nov. 2014.

GOOGLE MAPS. **102 R. Paraná:** Ouro Preto, Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-20.3855936,-43.5034804,3a,75y,98.94h,84.22t/data=!3m4!1e1!3m2!1sW42qjS7GQ7-uiZFvKGcU1w!2e0>>. Acesso: 28 nov. 2014.

GOOGLE MAPS. **6 R. Sen. Rocha Lagoa:** Ouro Preto, Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-20.3847409,-43.5037763,3a,75y,192.16h,68.13t/data=!3m4!1e1!3m2!1sSKVpBeqGyBAFipnR6gjffg!2e0>>. Acesso: 28 nov. 2014>. Acesso: 28 nov. 2014.

GOOGLE MAPS. **84 R. Cláudio Manoel:** Ouro Preto, Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-20.3857863,-43.5027184,3a,90y,322.5h,93.82t/data=!3m4!1e1!3m2!1sgFUCGAGsxdhdGgKxEbxIPQ!2e0>>. Acesso: 28 nov. 2014.

GOOGLE MAPS. **Ouro Preto – MG.** Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Ouro+Preto,+MG/@-20.3853896,-43.5036355,679a,20y,270h/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xa3f85a558935e5:0xd8f8595fc6d76cb0>>. Acesso: 28 nov. 2014.

GUERRA, Abilio. **Modernistas na Estrada.** Disponível em: <<http://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/01.008/1366>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTAÍSTICAS. **Minas Gerais:** Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/economia.php?lang=&codmun=314610&search=minas-gerais|ouro-preto|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidade Histórica de Ouro Preto.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17246&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parceria Entre Iphan e Instituto Telemig Celular Promove Valorização Inédita do Patrimônio**

Cultural de Minas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13856&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Palácio dos Governadores (Ouro Preto, MG).** Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1369>. Acesso em: 28 nov. 2014.

LEITE, Beatriz. **Réplicas.** Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/2839559/Rplicas>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

Luso, Eduarda; Lourenço, Paulo B.; Almeida, Manuela. **Breve História da Conservação e do Restauro.** Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2554>> Acesso em 20 ago de 2017.

MAIA, Adalmir E. dos Santos. **Uma Breve História de Vila Rica e Um Pequeno Roteiro de Ouro Preto:** Cadernos de Apontamentos: n.º 2. Sem local, s.ed., s.d. (Título de Capa: Vila Rica, Uma Pequena História).

MAPASBLOG. **Mapas de Ouro Preto – MG.** Disponível em: <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/03/mapas-de-ouro-preto-mg.html>> Acesso em: 28 nov. 2014.

MELO, N. R. de; RIBEIRO R. T. M. Novos Usos e Acessibilidades. O Caso do Hotel Pilão de Ouro Preto, MG, Brasil. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5081912-Novos-usos-e-acessibilidade-o-caso-do-hotel-pilao-de-ouro-preto-mg-brasil.html>> Acesso em: 20 ago. 2017.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A Construção de Uma Cidade Monumento:** O caso de Ouro Preto. Belo Horizonte, 1999. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG).

MUSEU DE CIÊNCIA E TÉCNICA DA ESCOLA DE MINAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Disponível em: <http://www.eravirtual.org/mct_br/>. Acesso em: 28 nov. 2014.

O'CONNEL, Mark; AIREY, Raje. **A Enciclopédia Completa de Signos & Símbolos:** Identificação e Análise do Vocabulário Visual que Forma os Nossos Pensamentos e Dita as Nossas Reações com o Mundo à Nossa Volta. Tradução Débora Ginza. 1ª edição. São Paulo: Escala, 2010.

OURO PRETO. **Chafariz da Praça Tiradentes.** Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_turismo_2014/atrativos/civis/chafarizes/chafariz-da-praca-tiradentes>. Acesso em: 28 nov. 2014.

PANORAMIO. **Casarios da Praça Tiradentes, Ouro Preto – 1.** Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/39018815>>. Acesso: 28 nov. 2014.

PANORAMIO. **Chafariz da Praça Tiradentes, Ouro Preto – 1.** Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/39182755>>. Acesso: 28 nov. 2014.

PANORAMIO. **Museu da Inconfidência, Ouro Preto - 2.** Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/39019580>>. Acesso: 28 nov. 2014.

PANORAMIO. **Ouro Preto / MG – Praça Tiradentes.** Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/20249750>>. Acesso: 28 nov. 2014.

PAULINA, Terezinha da. **Coleção – Imagens Período Colonial – Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais/676/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – IPAC.** Ouro Preto. 2012.

REGGIANI, Rotizen L.. **Pedra Cabeça de Jacaré-Lagarto - Parque Natural Cachoeira das Andorinhas – Nascente Rio das Velhas – Ouro Preto – MG.** Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/3631009>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

REM: REVISTA ESCOLA DE MINAS. **Ouro Preto Abre Exposição Gorceix: 90 Anos Depois.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0370-44672009000200002&script=sci_arttext> . Acesso em: 28 nov. 2014.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória.** Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTA ROSA DE VITERBO. **Capitanias.** Disponível em: <<http://santarosadeviterbo.wordpress.com/2013/03/17/capitanias/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG. **Pesquisa Histórico-arquitetônica e Arqueológica das Ruínas Sobrado Pilão.** Ouro Preto. 2005.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG. **Panfleto de Divulgação do Levantamento Cadastral do Centro Cultural e Turístico de Ouro Preto.** Ouro Preto. 2005.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG. **Patrimônio nº 1.** Assessoria de Comunicação Institucional do Sistema FIEMG. Ouro Preto. 2005.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DR/MG. **Patrimônio nº 2.** Assessoria de Comunicação Institucional do Sistema FIEMG. Ouro Preto. 2006.

TERROR, Vinicius. Disponível em: <http://viniusterror.com/>. Acesso em: s.d..

TJMG – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Histórico do TJMG.** Disponível em: <<http://ftp.tjmg.jus.br/institucional/historico.html>>. Acesso: 28 nov. 2014.

TOPOS Revista de Arquitetura. **Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais.** Sylvio de Vasconcellos. Belo Horizonte. Imprensa Universitária. P148-163, jul/dez. 1999, em BARBOSA, Ana Aparecida. **Cidade e Habitação em Minas nos Séculos XVIII - XIX,** São Carlos, 2004. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos USP).

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Laboratório da UFMG Inova com Serviço de Visão em Fluxo Contínuo de Cidades Históricas.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/019189.shtml>>. Acesso: 28 nov. 2014.

UFSJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Aventuras na Geografia são tema de palestra na UFSJ.** Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/noticias_ler.php?codigo_noticia=1624>. Acesso: 28 nov. 2014.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Lista do Patrimônio Mundial em Português.** Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: Formação e Desenvolvimento – Residências.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras: 1664-1897.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, v. 3 e 4. (Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência).

VIAJAR TURISMO RECEPTIVO. **Ouro Preto.** Disponível em: <<http://receptivo.net.br/index.php?acao=pg&kw=Ouro-Preto&url=op.htm>> Acesso em: 28 nov. 2014.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

WERNECK, Gustavo. **Comarcas Pioneiras de Minas Gerais Completam 300 anos.** Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/24/interna_gerais,532084/comarcas-pioneiras-de-minas-gerais-completam-300-anos.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2014.

WIKIPÉDIA. **Inconfidência Mineira.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inconfid%C3%Aancia_Mineira>. Acesso em: 28 nov. 2014.